

## 455ª Reunião Ordinária do CONSEMA

**00:01:16 Naiana Lanza (Sec. Executiva):** Bom dia a todos e a todas. Subsecretário Jônatas, neste ato, representando a secretária Natália Resende, que deve chegar daqui a pouco. Bom dia a todos os conselheiros, conselheiras e demais amigos que nos acompanham presencialmente e também pela internet. Tendo sido verificado o quórum, a mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária nº 455 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todos e a todas. Informo que a transmissão ao vivo dessa reunião pode ser acompanhada pelo YouTube da Secretaria, na página @semilsp, e que a presente plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência. Entramos agora, então, no Expediente Preliminar, em continuidade, passamos, então, à aprovação da ata da Reunião Ordinária nº 454 do Plenário do CONSEMA, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e às conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que dispense a leitura. Ok? Então, fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Passo, então, agora a palavra ao subsecretário de meio ambiente, representando neste ato a senhora Natália Resende e também presidente do conselho, para as suas comunicações e informes. Por favor, secretário.

**00:03:00 Jônatas Trindade (Presidente):** Bom dia, pessoal. Considerando a pauta de hoje, que vai ser extensa, eu vou ser breve. Eu acho que, para falar um pouquinho de ontem, não sei se todos ficaram sabendo, do evento que realizamos aqui na SEMIL, que foi em comemoração à Secretaria de Meio Ambiente. Na perspectiva que é uma Secretaria que completou 40 anos de existência, um marco histórico, acho que para o Brasil, em especial considerando todo o sistema que foi construído até antes da criação da Secretaria, mas fortalecida com a criação da Secretaria. Então, eu gostaria de relevar esse importante marco, 40 anos de existência da Secretaria, com um papel muito importante para toda a sociedade paulista, a construção de políticas públicas relevantes, que vêm sendo aprimoradas ao longo do tempo, e que a gente sabe que São Paulo tem um diferencial em relação à estruturação não só da sua Secretaria, como de suas vinculadas, e conta com um arcabouço jurídico realmente muito robusto. Tem lei de cerrado, tem lei de mananciais, é um conjunto complexo de normas e de uma forma de atuação muito própria e que serve de referência para os demais Estados da Federação. Então, comemorar essa data é bastante importante, é lembrar do histórico também, nós conseguimos envolver ex-secretários, eternos secretários, que conseguiram colaborar também na construção dessa política pública tão importante para todo o Brasil, em especial para São Paulo. Então, as minhas palavras iniciais seriam nesse sentido, realmente, de agradecimento daqueles que puderam participar e do reconhecimento daqueles que têm construído a agenda ambiental no Estado de São Paulo. E, logicamente, os conselheiros fazem parte dessa construção, que não é à toa que o Estado de São Paulo tem políticas tão fortes, que tem um papel forte do CONSEMA de induzir, de cobrar e participar da construção das políticas públicas estaduais.

**00:05:18 Naiana Lanza:** Obrigada, secretário. Hoje eu vou passar aqui para os nossos informes também rapidamente, que nós temos aqui muitos pedidos também de fala para ceder para outras pessoas, então eu já antecipadamente vou falar rápido e já pedindo também para os conselheiros serem rápidos nas falas. Então, o primeiro item de informe, eu gostaria de falar bem rapidamente sobre a questão da necessidade de a gente fazer uma pequena atualização em relação aos representantes da bancada ambientalista. Então, isso

em função da saída do conselheiro Beloyanis, da SOS Mata Atlântica. E aí eu já adianto que eu vou convidar as entidades ambientalistas para uma reunião semana que vem, dia 31 às 10 horas, para que a gente converse um pouco sobre isso, para apresentar o cronograma para vocês e os outros aspectos relacionados a isso. E a presença do Dauro também nessa reunião é superimportante. Então, esse é o primeiro informe. Eu vou mandar o convite oficialmente, mas é só para todos os conselheiros e conselheiras saberem que vai ser necessário fazer essa alteração da cadeira das entidades ambientalistas em função da saída do Beloyanis. Depois eu trago mais detalhes para todo o plenário. Além disso, eu gostaria de convidar a todos e a todas a participar da nossa próxima audiência pública que debaterá o EIA Rima do empreendimento Obras de Implantação da Unidade de Recuperação de Energia - URE Bandeirantes, que será realizada no dia 31 de março de 2026, às 17 horas, no CEU EMEF Perus. Então, nós passamos agora a fala dos conselheiros e conselheiras. Nós temos aqui alguns pedidos. Então, o Paulo Nelson diz que vai ceder o seu tempo de fala ao Instituto NEMI, que é uma organização da sociedade civil, só para informar aqui para o plenário. Victorino, você vai fazer uso da palavra? Não, calma, a gente não chegou lá ainda. Agora a gente vai começar as inscrições. Só estou aqui informando os pedidos que chegaram para a gente, para outros conselheiros se manifestarem. Vamos ver aqui no plenário. Então, inicialmente, quem gostaria de fazer uso da palavra? Vamos com calma, então: Cris Murgel, Henrique, o Leduc, que vai ceder para Sorocaba, que é o requerimento que foi apresentado aqui para a gente, Crepaldi, Beatriz, Agnaldo, Victorino. Mais alguém aqui? Não. Presencialmente só essas pessoas. Online temos Manara, Dauro, a Raquel e o Andrés. Então, recapitulando... Oi? Quem falou?

**00:08:47 Dauro Marcos do Prado (Instituto Caiçara da Mata Atlântica):** Naiana, a minha parte da fala vou passar para a Tati, que está aí, da Ilha do Cardoso.

**00:08:54 Naiana Lanza:** Está bom. Tati, da Ilha do Cardoso. Ok, e Paulo Nelson também, agora chegou o Paulo Nelson pedindo. Então, recapitulando aqui, só para a gente ver se eu não esqueci ninguém: Cris Murgel, Henrique, o Leduc, que vai ceder a fala para a Sorocaba, Crepaldi, Victorino, Manara, o Dauro, que vai ceder a fala para a Tati, da Ilha do Cardoso, Raquel, que salvo engano, vai ceder a fala para o Perinotto, o Andrés e o Paulo Nelson, que também vai ceder a fala para o Instituto NEMI.

**00:09:38 Andrés Vernet (ECOPHALT):** Naiana, eu não vou ceder a fala, não. Eu tenho a minha fala.

**00:09:42 Naiana Lanza:** Não, é o Paulo Nelson, o Andrés, não é você, não. É o Paulo Nelson. A Beatriz e o Aguinaldo. Ok? Então, por favor, Cris, eu peço que os conselheiros se identifiquem, como nós temos bastante conselheiro para falar, a fala é bem enxuta, pessoal, dois minutos para cada conselheiro, por gentileza.

**00:10:02 Cristina Murgel (FAESP):** Bom dia a todos. Cris Murgel, da FAESP. A minha fala é apenas para registrar aqui em nome da federação, e acho que posso falar em nome do setor agro, que não está representado aqui, cumprimentar a Secretária pelos 40 anos. O setor agro reconhece a importância das políticas que saem daqui. Podemos ter divergências, mas eu acho que temos muitos consensos nas políticas que são construídas aqui com a equipe da Secretaria. Então, deixo registrado aqui os parabéns em nome de todo o setor. E também, Jônatas, só registrando aqui, tive uma conversa rápida com o André. Nós precisamos afinar

algumas orientações ao produtor na ponta sobre as fiscalizações online, para que não haja ruído. A gente sabe que isso é a tendência, é a prática que vai ser usada, mas nós temos recebido muitas perguntas lá na federação, assustados um pouco. Então, já estou em entendimento aqui com o André, talvez fazer uma circular conjunta, que a gente possa passar essa orientação. E o mesmo vale para a SP Águas. Nós também já estamos em contato com o pessoal da SP Águas, que também está fazendo fiscalização dessa forma, para que a gente não tenha ruídos na ponta. Estamos colocando à disposição aqui para fazer esse meio de campo junto aos produtores. Obrigada.

**00:11:37 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris. Na sequência, então, eu passo a palavra o Henrique, também peço a gentileza de ser breve, Henrique.

**00:11:51 Henrique Kefalás (Instituto Linha D'Água):** Bom dia a todos e todas. Eu sou o Henrique Kefalás, conselheiro pelo Instituto Linha d'Água. Você deu o meu tempo de fala, Naiana, e a gente pode juntar com a sessão que o Dauro deu também para a manifestação da Tatiana, caixara da Ilha do Cardoso. Está bem? Obrigado.

**00:12:10 Naiana Lanza:** Ok. Bom, nós vamos aguardar.

**00:12:21 Henrique Kefalás:** Quer passar para outros enquanto...

**00:12:23 Naiana Lanza:** É, mas a gente precisa aguardar o pessoal que está online, para eles poderem acompanhar aqui. Eles estão escutando? Podemos, então, fazer essa...

**00:12:31 Henrique Kefalás:** Pode seguir para outros e depois a gente volta, pode ser?

**00:12:32 Naiana Lanza:** A gente volta, então, para o final e aí a gente... Obrigada. Eu vou fazer o seguinte, eu vou passar para o Crepaldi e depois o Leduc, e a gente faz a mesma coisa junto, o pessoal mais para o final, junto com a fala do Paulo Nelson. Por favor, Crepaldi.

**00:12:49 Ricardo Crepaldi (ABES):** Bom dia, Ricardo Crepaldi, conselheiro pela Associação Brasileira de Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Bom, rápida fala é sobre dois pontos, mas o principal é que a gente está na Semana da Água, nós tivemos o Dia Mundial da Água no domingo, e isso é para ser uma semana de reflexão. Eu sei que muito a gente já está fazendo, o secretário Jônatas, a gente está fazendo muito como governo do Estado, mas a preocupação é iminente. Não está chovendo, na maioria das vezes, onde precisa, infelizmente. Então, várias cidades no nosso Estado já têm uma previsão de racionamento, outras já estão em racionamento, outras estão desde o ano passado, como a cidade de Bauru. Então, realmente, a gente tem que cuidar melhor do nosso recurso hídrico. E a gente tem que tomar ações, ações mais rápidas e mais efetivas. Infelizmente, cada vez mais fortes essas ações, devido principalmente à questão das nossas mudanças climáticas. Então, isso é muito importante. Dentro deste ponto, nós da ABES fizemos um evento na segunda-feira com o consulado da Holanda, onde tiveram muitos representantes da CETESB, da Sabesp, de outros órgãos do Estado e de várias empresas, que o consulado da Holanda trouxe às empresas para mostrar as tecnologias para a água, especificamente para a água. Então, a gente sempre está fazendo esse tipo de intercâmbio e a gente já tem próximos intercâmbios ligados, inclusive com a Hungria e com outros países da Europa. Então, esse é um ponto que

a ABES quer colocar para vocês, que a gente tem que se preocupar e trabalhar fortemente com a questão da água no nosso Estado. Obrigado.

**00:14:47 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, o conselheiro Victorino, por gentileza.

**00:14:54 Eduardo Victorino (CREA):** Oi, bom dia a todos. Bom dia, Jonatas, ao qual eu cumprimento todos que estão sentados à mesa e que estão online. Minha fala é referente ao rompimento da caixa d'água, lá no Capovinha, em Mairiporã. Foram 2 milhões de litros d'água. Tivemos 9 feridos, todos já em recuperação. Infelizmente, uma pessoa veio ao óbito, está terceirizada. Nós tivemos lá 40 casas afetadas, das quais 8 estão interditadas de maneira quase que permanente, porque elas estão com muitos problemas estruturais. Eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer a todas as Secretarias de Mairiporã, através do comando do Prefeito Aladim, que tiveram na ação, a Polícia Civil Científica, o CREA-SP, muito importante para a gente nesse momento complicado para nós lá, a Associação dos Engenheiros Ategam, lá em Mairiporã, os bombeiros, a Defesa Civil Municipal, a estadual, que estiveram presentes, os vereadores municipais, que também estiveram no local, a Polícia Militar e a SEMIL, e aí eu queria que o Jônatas levasse um agradecimento à secretária Natália Resende, que esteve no dia lá conosco, e depois retornou uma segunda vez para entender como estava acontecendo lá essa recuperação. E eu queria fazer um pedido e uma recomendação: o pedido é que a gente possa retomar o quanto antes essas obras, porque a universalização é importante para o nosso município, os bairros já esperam por água já há muito tempo, então essa retomada é muito importante. A recomendação, apesar de que nós não temos o laudo ainda, a perícia concluída, mas que a Sabesp, que tem essa caixa homologada, faça um trabalho junto à empresa para entender melhor esses modos construtivos, os procedimentos, principalmente com relação à montagem. Então, é uma recomendação. A gente sabe que a empresa, certamente, é uma empresa idônea, mas isso é importante, porque esse acontecimento foi às 10h30 da manhã, e, felizmente, às 10h30 da manhã, se fosse um pouco mais tarde, nós teríamos um problema muito sério, a noite pior ainda seria. Então, fica aqui só essa colocação, e a gente, mais uma vez, leva o nosso agradecimento e respeito a nossa secretária, que estava no mesmo dia, junto com o nosso prefeito, junto com nossas equipes, e depois retornou para acompanhar os procedimentos de recuperação das áreas. Muito obrigado.

**00:17:37 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, então, eu vou chamar o Manara, depois a gente chama os convidados, está bom, pessoal? Então, Manara, que está online, por gentileza, dois minutos também.

**00:18:00 Marcelo Manara (ANAMMA):** Bom dia a todos. Parabenizar a Secretaria pelos eventos e lançamentos da Semana da Água, Dia Mundial do Meio Ambiente, dia 22, e aproveitar essa importante data e reflexão e trazer dois pontos que eu gostaria de insistir, porque eu acho que promove um avanço, mesmo questões pontuais, mas promove um avanço importante. O primeiro deles é nós estamos aguardando, com bastante expectativa, a definição por parte da Prefeitura de Guarulhos de um atendimento de um TCRA, que já está vencido desde novembro, o presidente Tomás está acompanhando isso de forma bastante atenciosa, mas é necessário prover a questão dominial do Parque Itaberaba. Por que isso tem a ver com as nascentes? Porque a água, porque lá tem muitas nascentes que abastecem São Paulo. Então, é uma iniciativa que está pronta para a prefeitura assinar a questão de

regularização fundiária de parte do Parque de Itaberaba. Itaberaba está sofrendo bastante com invasões e tudo mais. Então, é uma ação que está pronta para ser feita, eu gostaria de pedir para que a CETESB desse uma cobradinha à prefeitura para resolver isso e que a gente possa ter essa situação dominial avançando no Parque de Itaberaba. E o segundo ponto, nós tivemos uma atenção a uma recomendação da ANAMMA, que nós protocolamos, não sei se foi no CONSEMA ou no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a preocupação nossa com relação ao lançamento do chorume diluído nos corpos d'água. Então, é a atenção ao Dia Mundial dos Recursos Hídricos, Dia Mundial da Água. A CETESB, a equipe do Kenji, nos atendeu, nós fizemos uma primeira rodada com a equipe técnica, mas ficou muito evidente, eu quero insistir nesse ponto, é necessária uma decisão firme da diretoria da presidência da CETESB para que avance numa proposta de proibição da diluição, do lançamento do chorume diluído nos corpos d'água. É isso. Obrigado.

**00:20:17 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Hoje, todo mundo, seguindo a risca o tempo, agradeço a colaboração de todo mundo. Na sequência, então, o conselheiro Andrés, e depois a gente passa para os nossos convidados. Por favor, Andrés, dois minutos o senhor tem.

**02:20:37 Andrés Vernet:** Bom dia, meu nome é Andrés, eu sou conselheiro pela Ecophalt, e eu queria responder ao senhor Manara, que mencionou a nossa ONG na última reunião. Eu queria dizer que nós não somos obrigados a aceitar os convites que chegam à nossa ONG, mas, de qualquer forma, às nossas perguntas foram feitas aos outros conselheiros que foram lá, porque nós estamos a 400 quilômetros de São José dos Campos. Então, fica mais viável o pessoal lá do litoral norte participar. Bom, eu gostaria de frisar também que esse tipo de assunto deveria ser discutido aqui no CONSEMA, com toda a sua transparência para todos os conselheiros. Hoje, que a Fernanda não pôde vir, mas na próxima reunião, ela vai fazer uma fala sobre o assunto que foi tratado lá em São José dos Campos. Mas o fato concreto, queria deixar claro para todos os conselheiros daqui, que existe uma falha no Licenciamento Municipal, que é uma falha de transparência. E não é só uma falha da Companhia Ambiental, é de vários municípios que estamos cobrando há muito tempo isso, soluções da CETESB e da SEMIL. Isso não pode ser omitido. E o que nós precisamos hoje realmente são de soluções, e não de narrativas, e muito menos de passadores de pano aqui. Então, esperamos que quando isso for devidamente resolvido, solicitamos que essa solução seja trazida aqui ao plenário para conhecimento de todos os conselheiros. E eu faço um apelo à senhora secretária ou ao senhor Jônatas, que está aí, para marcar aquela reunião nossa, porque já faz meses que está sendo adiada, protelada, e não temos uma data definida para tratarmos um assunto sério como esse, que desde 2018 não vem sendo cumprida essa legislação. E pior ainda, com o aumento dos municípios a partir do CONSEMA 01-2024. Então, é isso, aguardo a Secretaria marcar uma data para a nossa reunião. Muito obrigado.

**00:22:49 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Agradeço também a fala rápida. Então, agora a gente vai para o Agnaldo? Não, depois a gente vai para o pessoal do governo, digamos. Então, agora temos a fala do Henrique e do Dauro, que será cedida para a Tatiana. Tatiana, você vai ter quatro minutinhos para falar. Seja bem-vinda ao Plenário do CONSEMA.

**00:23:22 Tatiana (sobrenome):** Queria agradecer a oportunidade de fala, agradecer ao Henrique e ao Dauro que cederam esse espaço. Eu sou Tatiana, sou da Ilha do Cardoso, no município de Cananéia. Nós somos a última cidade do município, bem na divisa com o Paraná. Eu vim aqui há dois meses atrás expor a situação do processo erosivo, intenso na

Ilha do Cardoso, que vem se agravando com a questão da mudança climática e dos impactos nas áreas costeiras marinhas. E eu sei que tem ações acontecendo, de diálogos entre os órgãos, e eu vim buscar informações concretas. O Jônatas conhece o território, ele estava na vistoria junto com a gente no mês de outubro do ano passado. Eu estou falando de uma organização que se chama Articulação de Povos e Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso, que é um coletivo organizado no qual eu faço parte. Eu vou trazer dois pontos para vocês. Essa é uma imagem de uma das comunidades que está sendo afetada, que é do Itacuruçá Pereirinha. Essa é uma foto desse ano, de janeiro de 2026, de uma ressaca. Então, as casas já estão expostas aos riscos climáticos. E vou falar do Melão, que é um risco iminente de rompimento daquele cordão, que divide, de restinga, que está entre os dois mares. Então, a gente já teve um caso há nove anos atrás em que rompeu, e a tragédia foi grande. Duas comunidades inteiras precisaram realocar mais de 20 famílias. E agora, uma situação mais grave ainda, esse rompimento vai afetar mais de cinco comunidades na Ilha e mais de 150 famílias nesse processo. Então, eu sei que os órgãos estão discutindo ações, mas eu vim buscar informações mais claras e concretas. Então, mais uma busca da questão dos cronogramas, de como as coisas estão acontecendo. Então, qual é a situação atual do projeto? A gente está aí nas vésperas do inverno, e isso agrava muito mais a situação. Existe previsão concreta para o início das obras? Em que fase do processo a gente está? Que tipo de intervenção vai ser realizada? E quem vai ser o responsável pela execução? Tem um prazo estimado para isso? De que forma as comunidades podem contribuir para agilizar? Tendo em vista que nós estamos no final de março e em maio há os riscos desse rompimento. E no caso do Itacuruçá Pereirinha, o SP Águas, que foi também conhecer o território, ele também está à frente de um projeto para pensar em contenção para a comunidade. E como que a gente pode pensar também na questão de garantia de território para as comunidades tradicionais que estão sobrepostas com Unidades de Conservação, em risco de processo de realocação? Essas dúvidas que a gente tem, e uma preocupação muito grande, porque a gente que está no território sofrendo os riscos diretos, a gente não pode ser o último a saber as informações. Então, a gente está em risco e a gente não tem informações claras sobre o processo. Então, eu coloco isso como um pedido, de que as comunidades estejam presentes nos espaços de participação. Eu sei que tem um CT, tem espaços de decisão, e as comunidades precisam estar nesses espaços. Nós temos um coletivo organizado e a gente tem uma comunidade numa expectativa, numa situação de emergência e com falta de informação chegando para a gente. Obrigada.

**00:27:00 Naiana Lanza:** Muito obrigada, Tatiana. Agradeço também a fala rápida. Na sequência, então, eu vou passar para o pessoal de Sorocaba, que fez o pedido em relação à fala do Leduc e do Paulo Nelson. Paulo Nelson, você pediu para ceder a sua fala para o Instituto NEMI, correto? Bom, ele não está nos ouvindo. Se estiver falando, está com o microfone desligado. O pessoal está aqui no plenário? Está. O senhor também, da mesma forma, tem quatro minutos no máximo para falar. Muito obrigada. Peço, por gentileza, para o senhor se apresentar também no microfone.

**00:27:50 Gabriel Bittencourt (Instituto NEMI):** Meu nome é Gabriel Bittencourt. Eu escrevi o que vou ler para poder ser preciso e para poder não me alongar no tempo que me foi dado. Senhoras conselheiras, senhores conselheiros, eu falo em nome do Instituto NEMI, uma organização de 36 anos de atuação em educação ambiental, conservação da biodiversidade e políticas públicas socioambientais. Falo também em nome de todos os subscritores dessa manifestação técnica que ora apresentamos. O documento que entregamos não é um

posicionamento isolado, ele é resultado de uma construção coletiva que reúne especialistas de diversas áreas, organizações da sociedade civil, parlamentares, cidadãos e cidadãos preocupados com o futuro de Sorocaba e com o modelo de cidade que estamos construindo. O que trazemos aqui de forma objetiva é o pedido de revisão da Licença Ambiental concedida para a implantação da marginal direita do Rio Sorocaba. E esse pedido se baseia em consistências técnicas relevantes no processo de licenciamento. A primeira dela diz respeito à geração de expectativa popular. O parecer menciona uma enquete de 95 participantes como um indicativo de apoio à obra, estamos falando de uma cidade de mais de 700 mil habitantes. Trata-se de uma amostra estatisticamente irrelevante, sem metodologia científica, sem controle e sem acesso da população às informações técnicas sobre os impactos do empreendimento. Não é razoável que um dado dessa natureza seja utilizado para sustentar uma decisão ambiental de grande porte. Em segundo lugar, é importante destacar que há controvérsias sociais relevantes. Audiências públicas registraram manifestações qualificadas de professores, pesquisadores e técnicos que apontaram preocupações consistentes, essas manifestações foram respondidas, mas não foram efetivamente debatidas. E responder, o documento diz que houve uma resposta da prefeitura, eu digo que responder não é o mesmo que superar tecnicamente uma crítica. Além disso, o próprio Conselho Municipal Ambiental ainda não encerrou a discussão. Pelo contrário, o Comdema deliberou pela necessidade de aprofundamento da análise, o que demonstra que as dúvidas técnicas persistem. Há uma reunião marcada agora para o dia 7 de abril. Outro ponto fundamental é a justificativa de mobilidade para a construção dessa via. A literatura urbanística é clara ao demonstrar que a ampliação de vias pode gerar o fenômeno de demanda induzida, ou seja, mais vias podem significar, no médio, mais veículos e não menos. Por outro lado, as experiências concretas mostram que investimentos em transporte coletivo produzem resultados mais eficazes, ou seja, não se trata de negar o problema de mobilidade, que é a justificativa, mas de questionar se a solução proposta, uma marginal ao Rio Sorocaba, é de fato mais adequada. Entretanto, entramos em um ponto crítico, o impacto hidrológico. A obra está prevista em uma planície de inundação, uma área que, por natureza, cumpre função essencial no amortecimento de cheias. Ampliação da impermeabilização do solo em uma área como essa, reduz a infiltração de água e aumenta o escoamento superficial, o que pode elevar o risco de intensidade de enchentes. E isso não é uma hipótese abstrata, trata-se de um município que convive com eventos recorrentes de alagamento. Avançar com uma intervenção dessa natureza sem uma avaliação mais aprofundada é assumir um risco que pode recair diretamente sobre a população de Sorocaba. Outro aspecto igualmente relevante é a supressão de vegetação de uma verdadeira floresta urbana. Estamos falando de uma área com função ecológica clara, estabilização de margens, regulação térmica, retenção hídrica e filtragem de poluentes e abrigo de fauna. Em um contexto de crise climática, a ciência aponta justamente a direção oposta, ampliar a cobertura vegetal urbana, proteger cursos d'água e restaurar matas ciliares. Remover vegetação em área ripar e urbana é enfraquecer a capacidade de adaptação da cidade. Também me preocupa o estudo que foi feito, que é um estudo de impacto ambiental simplificado. Então, já encerro, não vou acabar de ler totalmente. Os conselheiros e conselheiros receberam o documento. E eu só gostaria que atentasse ao final do documento para os signatários, que são vice-presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba, vice-presidente do Comdema e vários técnicos de área renomada dentro de estudos hidrológicos, geógrafos e tantos outros. Agradeço e me desculpe por ter ultrapassado o tempo, mas a situação é candente e urgente. O pedido de revisão está no texto que eu distribuí. Obrigado. E agradeço aos conselheiros que me cederam a palavra, o Paulo e o Eduardo.

**00:33:14 Naiana Lanza:** Muito obrigada. O documento aqui será protocolado e encaminhado para as áreas responsáveis. Então, seguimos aqui na nossa dinâmica. Como próxima inscrita, a Raquel. Por favor, Raquel, fica à vontade. Também dois minutos.

**00:33:36 Raquel Cabral (UNESP):** Bom dia a todos. Eu sou Raquel, representante da Universidade Estadual Paulista, Unesp, e eu gostaria de ceder meu tempo ao professor Alexandre Perinotto.

**00:33:46 Naiana Lanza:** Perfeito. Seja bem-vindo, Perinotto. Bom ter você novamente aqui no CONSEMA. Não estamos te ouvindo, professor. Então o Perinotto, até ele resolver, então eu passo aqui, vamos voltar agora para... Passo então, já que estamos online, eu passo então para a doutora Amanda até o Perinotto resolver. Por favor, doutora Amanda.

**00:34:32 Alexandre Perinotto (UNESP):** Me ouve agora?

**00:34:34 Naiana Lanza:** Ouvimos.

**00:34:36 Amanda Modotti (PGE):** Quer passar para o professor? Eu falo depois, sem problemas.

**00:34:40 Naiana Lanza:** Pode ser então, Perinotto, por favor. Dois minutinhos, hein?

**00:34:43 Alexandre Perinotto:** Muito obrigado, desculpe o transtorno. Ok, agradeço essa oportunidade, sempre bom ver todo mundo, mesmo virtual. Cumprimento todos os conselheiros e conselheiras através do Jônatas, e os 40 anos da SEMIL, nesse, inclusive, ano de 50 anos da Unesp, que muito nos honra. Eu falo rapidamente aqui, agradeço a Raquel também, para falar rapidamente sobre a evolução do nosso projeto Geoparque Corumbataí, que é o único do Estado de São Paulo, informando que será enviado o nosso dossiê para a Unesco no ano de 2027. Então, logo, espero que a gente tenha esse aval da Unesco para o bem de todos nós, graças ao grande esforço da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, através do Trani, do Police, da Lílian, agora começando também o apoio da SETUR, e convidar a SEMIL para se juntar a nós, nessa briga, nessa luta que nós temos para ter o primeiro Geoparque Mundial da Unesco no Estado de São Paulo. E o envolvimento da SEMIL, eu cobro aqui o Jônatas, elegantemente cobrando o Jônatas, a revitalização do nosso Conselho Estadual de Monumentos Geológicos, que vai fazer com que o Estado de São Paulo seja uma referência nacional e que a gente possa, em breve, ter esse Conselho em funcionamento, como já foi aprovado, vindo ao encontro dos objetivos nossos do nosso Geoparque Corumbataí. Muito obrigado.

**00:36:17 Jônatas Trindade:** Obrigado, professor Perinotto.

**00:36:21 Naiana Lanza:** Desculpa, pessoal, estava ali só falando com o Paulo Nelson. Então, por favor, doutora Amanda, agora a sua vez.

**00:36:29 Amanda Modotti:** Bom dia a todos e todas. Cumprimento a todos os conselheiros em nome do subsecretário Jônatas, e gostaria de parabenizar a SEMIL pelos 40 anos, eu estive ontem no evento aí. Agradecer também a homenagem que me foi feita, a mim e ao

colega Daniel, é uma honra poder colaborar com a Secretaria e com as políticas públicas do Estado. E eu pedi a palavra para, especialmente com relação à Ilha do Cardoso, eu vi que a Tatiana ia se manifestar, pedi a palavra para, acho que o Rodrigo vai poder dar, não sei se o Rodrigo está aí presencialmente, mas acho que ele vai poder esclarecer melhor as dinâmicas que estão sendo estudadas para remediar, ou para tentar remediar esse problema da erosão, e dizer que a gente está com uma ação judicial em curso, que tem uma liminar, mas que o Estado já está muito à frente dessa liminar, do que foi determinado ali, então já tem medidas prestes a serem realizadas, acho que o Rodrigo pode explicar melhor, mas só para dizer, Tatiana, que nós estaremos aí na Ilha do Cardoso, dia 9 e 10, eu e mais 30 procuradores, 40 procuradores, na verdade, vão conhecer o território de vocês, a dinâmica, todos os problemas enfrentados por vocês, e eu acho que vai ser bem importante também para a gente tocar essa ação judicial e entender o que a comunidade está sofrendo, a dinâmica da comunidade, enfim, vai ser um prazer estar aí com vocês e a gente vai acabar visitando o local também. E, por fim, aproveitando que acho que ficou para hoje a exposição do Fina Clima, fazer propaganda do nosso mutirão do São Paulo Mais Verde, que é o nosso mutirão de conciliação ambiental, que está programado para acontecer na primeira semana de maio. Se tudo der certo, acho que vai dar. E lembrando do nosso mutirão, porque uma das possibilidades é a conversão da multa em serviços ambientais a serem emprestados via Fina Clima, que vai ser exposto para vocês. Enfim, convidar todos e fazer propaganda aqui do nosso mutirão, que o último foi bem exitoso e eu acho que todo mundo ganha. O Estado ganha, as Unidades de Conservação ganham, enfim, a biodiversidade ganha e eu acho que é um bom negócio, o acordo sempre é um bom negócio. Obrigada, um bom dia a todos.

**00:38:59 Naiana Lanza:** Obrigada, doutora Amanda. Eu vou anotar aqui, Paulo Nelson, que o Paulo Nelson depois tem uma questão de ordem, depois eu passo para ele, vou encerrar a fala aqui das pessoas. Então, na sequência, eu passo para a Beatriz, da Diretoria de Planejamento Ambiental. Por favor, Beatriz.

**00:39:17 Beatriz Santos Caio (DPLA):** Bom dia a todas e todos. A minha fala vai no sentido de fazer uma divulgação, um convite, visto que a Diretoria de Planejamento Ambiental prevê a realização de nove encontros regionais para promover capacitação de municípios, de técnicos de municípios, com relação a instrumentos de planejamento do território. Esses instrumentos envolvem, desde o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado, o programa Município Verde Azul, e também o próprio PEARC, que é o Plano de Adaptação e Resiliência do Estado. Então, nessa última segunda-feira, aconteceu o primeiro desse encontro, aqui em São Paulo. A gente teve a participação de 23 técnicos de administrações municipais de 14 municípios. Então, ao longo do primeiro semestre, vão acontecer mais oito eventos e as agendas deles vão estar tanto disponíveis no site do próprio PMVA, quanto no portal ZEE. Esse é o informe, obrigada.

**00:40:26 Naiana Lanza:** Obrigada. Na sequência, então, Agnaldo.

**00:40:32 Agnaldo Gonçalves de Almeida Junior (SEMIL):** Bom dia a todos e a todas. A minha fala também vai no sentido de reforçar um convite que a gente fez em algumas reuniões anteriores, que é o último Fórum Regional do Plano de Logística e Investimento do Estado de São Paulo, o PLI SP 2050. Para se inscrever, qualquer um pode acessar o site do PLI, é: [pli.semil.sp.gov.br](http://pli.semil.sp.gov.br). Então, amanhã faremos o último fórum regional, no prédio da Fiesp, das 9 às 13 horas, e quem puder ir lá participar, entender o que vai acontecer com a

logística, com a infraestrutura do Estado de São Paulo até 2050. Eu queria agradecer também a participação do conselheiro Manara, que esteve conosco lá em São José dos Campos, teve uma ampla participação, foi muito importante, obrigado, Manara. É isso. Então, amanhã estaremos lá fazendo o último fórum regional. Obrigado, Naiana.

**00:41:33 Naiana Lanza:** Obrigada. Por fim, Victória, representando a Fundação Florestal.

**00:41:41 Victoria Marcondes Karvelis (FF):** Obrigada. Bem, bom dia a todos. O Rodrigo não pode estar aqui hoje, está na COP15, então, representando a Fundação só para alguns esclarecimentos e atualizações, principalmente quanto à fala da Tatiana sobre a Ilha do Cardoso. Então, o projeto de engenharia já está em fase final de composição de custos, deve ser finalizada essa semana. Então, estamos avançados nesse sentido. As possibilidades de contratação estão sendo avaliadas ainda. A Fundação também já produziu uma avaliação dos possíveis danos socioambientais, junto com a diretoria de biodiversidade, nova diretoria pós-reestruturação. E as conversas com as comunidades têm sido constantes, através da gestão da Unidade de Conservação, sobre um plano de contingência. Inclusive, hoje, tem uma reunião da Câmara Técnica do Conselho para falar sobre a situação. E, em relação ao Itacuruçá Pereirinha, ainda está sendo avaliada uma área para a futura ocupação, já que lá é menos urgente do que a outra área. Mas é isso. Obrigada.

**00:42:50 Naiana Lanza:** Obrigada, Victória. Agradeço. O Paulo Nelson tem uma questão de ordem que ele gostaria de colocar.

**00:42:58 Paulo Nelson do Rego (SAVE):** Inclusive, havia pedido a palavra online, estava vindo. Infelizmente, o elevador não está funcionando ainda.

**00:43:06 Naiana Lanza:** Foi no momento que você estava entrando, porque eu te chamei.

**00:43:10 Paulo Nelson do Rego:** Eu vi que você me chamou, mas não conseguia entrar, desculpa. Mas vamos objetivar por tempo aqui. Eu fiz um pedido, um requerimento para retirada de pauta da apresentação do EIA Rima hoje. Por que isso? Nós não somos virtualmente contra o empreendimento em si, mas gostaríamos que ele fosse melhor debatido. Acho que tem algumas questões muito relevantes que a gente pode apresentar, evidentemente, se for apresentado e não for aprovado pelo plenário, mas eu gostaria que colocassem em votação o pedido de retirada de pauta, porque, na realidade, eu acho que nós temos alguns eventos que vão discutir, e eu acho que seria muito importante não deliberarmos pela licença no dia de hoje. Ainda que seja feita a apresentação, eu requeiro também, complementarmente, que se ela não for aceita, que a deliberação sobre a sua aprovação seja postergada.

**00:44:10 Naiana Lanza:** Ok. Então, o conselheiro tem um pedido de retirada de pauta, só para esclarecer, o Paulo Nelson havia feito esse pedido formalmente para a Secretaria Executiva, como não há essa previsão no regimento da Secretaria Executiva ou da própria presidência tirar algum item da Ordem do Dia, essa decisão cabe somente ao plenário e cabe à presidência do conselho, a definição eventual, se o plenário assim entender que vai suspender, a definição de prazo cabe à presidência. Então, diante da manifestação do conselheiro Paulo Nelson, a gente já vai avaliar, apreciar essa questão, inclusive, pulamos até os comentários do Jônatas sobre as falas. Então, não sei se a gente já pode fazer isso, e

depois a gente inverte. Então, eu gostaria de perguntar se tem aqui alguém que é favorável à suspensão dessa apreciação do empreendimento hoje, conforme a proposta do conselheiro Paulo Nelson? Então, aqui no plenário, quem é a favor de remover da pauta esse item? Então, temos três aqui no plenário e um online. Então, quatro a favor de suspender. Há alguma abstenção em relação a essa solicitação? Andrés, eu não entendi aqui. Se puder esclarecer, você está se abstendo ou foi... Só para esclarecer.

**00:46:09 Andrés Vernet:** Eu sou a favor da retirada de pauta, como foi solicitado pelo Paulo Nelson. Obrigado.

**00:46:14 Naiana Lanza:** Ok, então temos aqui... Obrigada. Então é isso. Alguma abstenção? Não. Nenhuma abstenção online. Então aqueles favoráveis a manter na pauta, por favor, permaneçam como estão. Então essa etapa foi cumprida. Agora, para essa questão de a gente apreciar aqui sem ter deliberação, não sei se há previsão regimental para isso, também poderemos aqui analisar...

**00:46:48 Paulo Nelson do Rego:** Temos precedentes já.

**00:46:49 Naiana Lanza:** Temos precedentes? Ok. Então, a gente pode também colocar para deliberar, que isso seria apreciado aqui no plenário, e aí não haveria a deliberação, seria apenas uma apreciação para uma deliberação num momento futuro. Seria essa a sugestão, seria isso, conselheiro?

**00:47:12 Paulo Nelson do Rego:** Para que possam ser feitas novas contribuições para o processo.

**00:47:17 Naiana Lanza:** Ok.

**00:47:18 Carlos Sanseverino (OAB):** Pela ordem, senhora secretária, bom dia. Só para, em nome da Ordem dos Advogados, endossar o pleito do doutor Paulo Rego, nós caminhamos no mesmo sentido.

**00:47:34 Naiana Lanza:** É, acho que então nós seguimos.

**00:47:36 Jônatas Trindade:** Vamos colocar para a votação, então, em relação à questão da postergação da deliberação na data de hoje, em relação à apresentação que vai ser feita. Quem é a favor da postergação da deliberação, por favor, levante a mão. A favor da postergação da deliberação em relação à apresentação.

**00:48:01 Naiana Lanza:** Temos aqui no plenário quatro, e online dois. Dois.

**00:48:11 Jônatas Trindade:** Tem mais um. Pessoal, levanta a mão também no online, só para ficar fácil de registrar. Eu vi a Violeta dando um joinha, mas não levantou a mão. Por favor, levanta a mão, Violeta, se você é favorável pela postergação da deliberação.

**00:48:32 Marcelo Manara:** Eu tenho uma questão de ordem, eu posso colocar?

**00:48:36 Naiana Lanza:** Só um segundo, Manara. Três.

**00:48:48 Jônatas Trindade:** Alguém gostaria de se abster em relação a essa votação? E quem é contrário à postergação da deliberação em relação à discussão do EIA Rima hoje? Quem é contrário, por favor, levante a mão. É a ampla maioria.

**00:49:20 Naiana Lanza:** Ok, então vamos para a deliberação. Vamos seguir a Ordem do Dia como planejado. Então, pessoal, vamos então para o primeiro item. Ah, Manara, desculpa. Vai, Manara. Fiquei confusa aqui.

**00:49:41 Marcelo Manara:** Foi o encaminhamento, porque normalmente ocorreria num pedido de vistas por alguma entidade conselheira, mas não foi o que aconteceu, ninguém pediu vistas, só pediu, foi solicitado somente o adiamento de deliberação, sem pedido de vistas?

**00:49:56 Jônatas Trindade:** Não, foi pedido vistas na reunião passada. Na reunião passada, nós avocamos para apresentar nessa reunião de agora. Então, foi isso que aconteceu. Na reunião passada foi incluída na pauta a pedido dos conselheiros. E aí, no decurso entre a reunião passada e essa reunião, o conselheiro pediu a retirada de pauta, considerando a necessidade de um prazo maior para discussão. E aí colocou os argumentos no pedido e foi respondido pela Secretaria Executiva do CONSEMA, dizendo que não havia essa previsão de retirada pela Secretaria Executiva e nem pela presidência, que deveria ser trazida a deliberação aqui no plenário. Então, a votação foi pela manutenção da apresentação e a manutenção pela deliberação na data de hoje. E aí, para seguir o roteiro do que a gente segue nas nossas reuniões, vou falar rapidamente em relação aos pontos que foram colocados. E aí a secretária também, que é a nossa presidente da comissão também, ou do conselho, pode também se manifestar. Em relação ao ponto que foi levantado pela conselheira Cris Murgel, das fiscalizações remotas, o André pode explicar um pouquinho melhor o procedimento, foi um procedimento estabelecido, considerando inicialmente, resumidamente, uma notificação de quando é identificado algum apontamento pelo levantamento que é realizado de forma remota. Então, esse levantamento, a gente notifica o proprietário e esse proprietário tem o direito, tem a possibilidade de se manifestar num prazo para falar em relação àquele apontamento que é feito pela fiscalização. Aí o André pode até explicar na prática como tem funcionado e o retorno que a gente tem observado em relação a essa forma de atuação remota. Por favor, André.

**00:52:00 André (sobrenome):** Bom dia. Eu estava conversando com a Cris antes da sessão, inclusive a gente comentou de fazer um tutorial, que eu acho que facilitaria o procedimento que é realizado. Mas, basicamente, a denúncia feita via remota ou é encaminhada para a Polícia Militar Ambiental, que tem uma atividade em campo, física, para constatar aquela eventual irregularidade, ou, como o Jonatas colocou, via remota, a gente encaminha uma notificação para o proprietário, dando a oportunidade para se manifestar daquela eventual ocorrência. E, com a resposta, a gente, ou faz a autuação ou cancela e arquiva o processo, então, basicamente, o procedimento é esse. Mas a checagem remota existe, ou por meio de pedido de informação, ou in loco pela Polícia Militar Ambiental.

**00:53:02 Jônatas Trindade:** Por favor, Cris. Está bom, fique à vontade.

**00:53:09 Cristina Murgel:** Jonatas, eu agradeço. O que ocorre, Jonatas, hoje, a gente tem um manual de crédito rural com vários impedimentos socioambientais, inclusive com a vigência a partir de 1º de abril, já para os imóveis grandes. Essa é uma questão crucial para nós, esse entendimento. E, como eu coloquei para o André, o que tem nos chegado é exatamente essas operações que são dispensadas de autorização, então, os produtores têm dúvida qual é o protocolo que eles têm que seguir. Se eles têm que ter um registro fotográfico, para que não dê confusão na ponta, na hora da fiscalização. Então, a gente está se pondo à disposição, inclusive para fazer uma orientação conjunta, talvez podemos minutar isso, trazer para o André, ver se é isso mesmo, e a gente dispara isso para que não dê confusão aí na ponta. A gente entende a prática, entende que isso veio para ficar, mas a gente precisa preparar o produtor para isso. Tá bom?

**00:54:18 Jônatas Trindade:** Cris, nós estamos à disposição, acho que é importante realmente orientar, é um procedimento relativamente novo, foi bem construído, porque é isso, na prática não se toma uma ação efetiva sem notificar o proprietário. Então acho que é um primeiro ponto que tem diferença em relação à forma de atuação de outros entes, em relação a essa ação fiscalizatória. Então se notifica e busca essa resposta em relação à questão da regularidade, constatada a irregularidade e uma falta de resposta, aí a fiscalização adota as medidas que são necessárias, considerando a legislação vigente. Então é um procedimento robusto e nós estamos à disposição para construir essa orientação. Eu falo o tempo todo, a gente tem que reforçar a agenda ambiental orientando o cidadão. O cidadão tem que entender quais são os direitos e deveres que eles têm em relação às práticas que eles executam. Então é importante, sim, ter esse tipo de orientação e nós estamos à disposição para construir junto com vocês. O conselheiro Crepaldi falou do Dia Mundial do Meio Ambiente, a relevância, a importância, a necessidade de ações mais... Falei meio ambiente? Dia Mundial da Água. Eu sempre sou tendencioso ao meio ambiente. Água é meio ambiente. A Natália vai falar. E a importância de ações efetivas e rápidas em relação à questão do racionamento e realmente o bom cuidado, o bom uso da água. E aí, muito melhor que a secretária fale em relação ao que tem sido feito, o que tem sido trabalhado.

**00:55:56 Natália Resende:** Obrigada, Jônatas. Bom dia. Primeiro, queria até pedir um pouco de desculpas, porque eu estava exatamente no seminário internacional que a gente está fazendo pela primeira vez aqui na Secretaria, com o apoio da E-SABESP. Até a próxima vez a gente fala mais aqui para vocês participarem também. A gente começou na segunda, falando muito de saneamento rural e saúde também, vigilância. Hoje a gente vai falar de educação ambiental, de água de reuso, enfim, a gente está tendo todo um debate, porque eu cheguei um pouquinho atrasada aqui hoje. E, bom, a gente tem uma série de frentes, a gente pode até trazer depois de uma forma mais estruturada aqui para o CONSEMA. Eu fiz essa apresentação no Conselho de Mudanças Climáticas, da metodologia que a gente construiu, visando muito prevenção e contingência. Então, a gente tem aqui muito foco em prevenção, acho que isso é importante falar. Para quê? Para não acontecer a crise que teve em 2014, 2015, por exemplo. E aí, claro, isso se divide em curto, médio e longo prazo. Tem ações que a gente não consegue fazer do dia para a noite, mas que a gente precisa começar e já começamos, como são as obras estruturais. De efetivo e rápido, só para você ter noção, desde que a gente começou toda essa metodologia, dentro da estratégia climática do Estado, que vai até 2050, desde agosto do ano passado, a gente economizou 115 bilhões de litros de água, o que é suficiente para poder abastecer São Paulo, Mauá, Cotia, Guarulhos, São Bernardo durante um mês. Como? Fazendo uma série de medidas, e, enquanto a gente faz

essas medidas de operação, operativas de reforço de rede, indo aqui em paralelo para proteger as pessoas que mais sofrem com, por exemplo, a redução da pressão, que é uma das coisas que a gente atua. Por quê? Porque tem perda d'água e precisa melhorar nessa parte de perda d'água. Sabesp, por exemplo, tem uma média de 33% de perda, abaixo da nacional, que é 40%, mas que precisa melhorar. Então, a gente está com um plano bem robusto, de 7,2 bi até 2029, que é 60% a mais do que o período pré-privatização. E precisa fazer, porque, de fato, tinha um déficit muito grande. Ela fazia uma média de 930 milhões por ano. Então, a gente vai fazer 7,2 bi até 2029, é muito mais. E um segundo ciclo muito mais carregado também nisso, porque a gente não vai competir com a universalização, que vai acabar em 2029. E aí a gente ataca a fonte, porque a redução da pressão é exatamente isso. Então, o que a gente faz para também proteger as pessoas que mais sofrem? Quem é que mais sofre? Quem está em zonas mais altas e quem não tem caixa d'água. Então, a gente está fazendo também reforços nessas áreas, a gente tem mapeado, e doando e instalando caixa d'água. O instalar é importante, porque em 2014, 2015, também teve doação, mas não teve instalação. E aí as pessoas, muitas vezes, não conseguem instalar. A gente já fez isso em mais de mil domicílios. E aí a gente ajuda também, a gente protege aquelas pessoas que mais precisam, enquanto a gente faz essa economia e começa a crescer as obras estruturantes. Então, a gente acelerou Itapanhaú, que eu comentei aqui, 2.500 litros por segundo, em que a gente aumenta o Alto Tietê em capacidade de 17%, eu ajudo o Cantareira, porque o sistema é integrado. Taiaçupeba Billings também, em 4 mil litros por segundo, que a gente está fazendo, conversando com as prefeituras, é uma obra complexa, com muita responsabilidade ambiental, enfim, a gente pode depois discutir isso. Ampliação das Estações de Tratamento. Rio Grande, ano passado, já aumentou em 400 litros por segundo, esse ano, mais 500, Eta Cotia em mais mil esse ano. E uma série de outras obras, não só na região metropolitana, mas na Baixada também. Estou vendo a deputada aqui, agradeço a deputada a participação aqui. A gente já discutiu muito lá em relação ao problema histórico da Baixada. Só para vocês terem ideia, lá a gente tinha uma média de investimento de 500 milhões. A gente está fazendo 2 bi. A última grande obra, se a gente for olhar em relação à resiliência hídrica, não de expansão, foi o Maluf que entregou em 1981, que é o reservatório de Santa Tereza. Então, precisava melhorar. E lá a gente não tem a questão de reservação de água bruta. Então, eu preciso criar mais reservatórios para a água tratada, que é o que a gente está fazendo agora, 23 novos reservatórios, 140 milhões de litros de água a mais, esse ano, 40 milhões que a gente vai crescer, o primeiro, agora, em março, abril em Mambu Branco, em Itanhaém, que vai ajudar toda a Baixada. Além da Eta Melvi, 1.270 litros por segundo, para poder melhorar a estabilidade do sistema em Praia Branca, a adutora, que em julho fica pronto, 500 litros por segundo, também que vai para Guarujá, que precisa de água nova, uma série de outras aqui que eu não vou me alongar muito, senão vou ficar a reunião inteira falando sobre isso, mas só para dizer que a gente está, sim, se preparando muito com foco em prevenção e contingência, acho que esse é o foco, com ações de curto, médio e longo prazo. Algumas a gente já consegue atingir essas economias, outras a gente, de fato, tem o prazo, estamos acelerando o máximo, mas são desafios históricos que a gente está resolvendo com soluções definitivas. E aí, claro, tem o seu tempo de maturação. E muitas vezes não aparece porque está enterrado. Mas a gente está fazendo. Também, isso eu estou falando de forma geral. E aí, Crepaldi, a gente está dando o nosso máximo aqui da parte do governo do Estado para, por exemplo, a SP Águas está com ata de poço, mas não só poço, não só desassoreamento que no interior a gente fez em 415 cursos d'água, melhora a captação, melhora o abastecimento, mas também via Universaliza, que a gente quer fazer contratos de longo prazo para, de fato, trocar rede, o interior tem muita rede de amianto e

ferro fundido. Então, muitas vezes, as prefeituras perdem 60%, 70%, mas aí eu vou te falar, a gente precisa também das prefeituras junto conosco, a gente tem várias já. A gente vai fazer blocos esse ano já também, para a gente avançar mas, muitas vezes, acho que tem um pouco do medo do novo, que é o novo que a gente quer colocar para resolver o problema, depois a gente pode discutir isso aqui, mas a gente está olhando os 645 municípios, as 3.074 auto bacias do Estado de São Paulo.

**01:02:34 Jônatas Trindade:** Secretária, se a senhora puder destacar em relação ao que foi posto pelo conselheiro Victorino, que é o rompimento da caixa d'água em Mairiporã, e o que está sendo feito, em especial o retorno das obras em relação à questão de recomendação do modo construtivo de montagem dessa caixa d'água.

**01:02:54 Natália Resende:** Sim. Bom, obrigada, Victorino. A gente tem acompanhado muito de perto lá. Eu mesma fui no dia que aconteceu o acidente, e desde então a gente tem lá, tenho falado muito com o Aladim, muito. Primeiro, o grande foco foi a gente ter a proteção das pessoas, da gente cuidar das famílias. E aí a gente teve uma atuação rápida ali, junto com a Sabesp, de ver o que precisava interditar parcialmente e totalmente. Foram cinco casas que foram interditadas totalmente, aí essas pessoas já foram levadas lá no dia para hotel, a gente prestou toda a assistência, tanto da parte financeira, de reembolso, de ressarcimento, quanto psicológica também, que é importante nesses momentos, então, tinha um psicólogo, tinha toda uma equipe ali. Isso olhando as pessoas e olhando para a recuperação, então, já foi feito ressarcimento, pagamento de alguns carros que foram afetados, eletrodomésticos, enfim. E a parte lá de infraestrutura, que o Aladim passou para a gente, de drenagem, que a Sabesp vai recuperar tudo também. Então, isso já foi combinado, ele passou na semana passada, a Sabesp já está fazendo. A Frio, ela já começou a fazer na sexta-feira. Depois foi quarta-feira, sexta, e sexta eu estava lá também, sexta e sábado ela começou a fazer. E aí, claro, a gente tem os órgãos competentes para fazer todas as investigações, vai sair o laudo de perícia, e aí a gente deixa com o pessoal para fazer todo o processo, para ter o laudo. De qualquer forma, olhando essa questão de estrutura, a gente viu, a Sabesp já está olhando, não são muitas outras estruturas ali que tem, mas, de qualquer forma, ela está olhando em todos os locais, exatamente para ter essa questão de prevenção a acidente de incêndio e de que, Deus me livre, ocorra de novo, então, isso está sendo verificado também. A gente também, a Arsesp já abriu um processo, já encaminhou comunicação para essa estrutura e para as outras, para a gente sempre se preparar. E aí, saindo do laudo, a gente também informa aqui, fala direitinho o que aconteceu. Mas a gente está tendo essa preocupação máxima por parte do Estado, da URAE, da Arsesp, também que abriu um processo investigativo, e vai ser responsabilizado tudo o que a gente vê, a gente tem as penalidades, hoje a gente tem um contrato muito mais robusto em relação a penalidades, as sanções. Então, tudo que for necessário vai ser aplicado.

**01:05:29 Jônatas Trindade:** Seguindo, o conselheiro Manara fez alguns direcionamentos a CETESB, não sei se CETESB gostaria de se manifestar, em relação ao TCRA e à questão também da preocupação em relação ao lançamento de chorume diluído.

**01:05:50 Mayla Fukushima:** Não, é só esclarecer que eu já tinha levado algumas questões lá para discutir com a diretora colegiada, eu só vou reforçar e depois eu dou um retorno, Manara.

**01:06:05 Jônatas Trindade:** Em relação ao conselheiro Andrés, eu peço que a Nayana explique o que tem sido realizado e a perspectiva de uma agenda que foi solicitada.

**01:06:15 Nayana Lanza:** Eu tenho trazido aqui alguns informes, então acho que é para o conselheiro Andrés entender porque essa reunião ainda não aconteceu. Nós estamos trabalhando em três frentes, com Licenciamento Municipal Ambiental, uma frente que está trabalhando a definição de um procedimento justamente para fiscalizar danos que ocorram ali, eventualmente que a polícia se depare com isso em campo e que seja necessário tomar alguma ação administrativa. Então, está sendo construído esse procedimento para que a gente avance nesse sentido. Então, nós temos uma outra frente que está sendo coordenada pelo CONSEMA, justamente, de monitoramento das informações. Então, nós temos trabalhado muito nessa questão de transparência, solicitado para os municípios que nos informem onde estão as informações públicas relacionadas ao artigo 4º da Deliberação Normativa 1 de 2024, que fala justamente quais são as estruturas que o município tem que ter. Então, nós já atualizamos o nosso site do CONSEMA com essas informações. Então, claro que nem tudo está perfeito, mas a gente está seguindo nesse caminho de fazer o monitoramento das informações de transparência e também, nesse sentido, pensando fluxos aqui dentro do CONSEMA e da estrutura, e por isso essa demora um pouco, porque até a gente conseguir fazer todo esse combinado entre as partes, para que justamente a gente traga uma proposta mais madura para vocês, de como tem sido feito esse monitoramento e quais vão ser as ações a serem conduzidas. E, por fim, nós temos também trabalhado numa frente de fomentar ainda mais a capacitação dos municípios, com a perspectiva de ter uma parceria com o SEBRAE, com foco na capacitação dos municípios. Então, nós temos trabalhado nessas três frentes. E nós só não trouxemos aqui ainda essa reunião, não marcamos essa reunião, porque queremos trazer já o produto maduro para apresentar para vocês. Então, a Secretaria Executiva está à disposição, para qualquer conselheiro que quiser ter mais detalhes sobre o assunto, pode me ligar, estou à disposição para a gente conversar. Inclusive, eu quero conversar com o Victorino sobre a questão ali no nosso site das áreas de manancial, que ele trouxe para eu entender um pouquinho, ele trouxe na última plenária. E é isso, Andrés, estou à disposição, se quiser me procurar, é isso. E dá uma olhadinha lá no nosso site para ver que já está com uma carinha nova.

**01:08:55 Jônatas Trindade:** Eu gostaria também de reforçar em relação à fala da Tatiana. Viu, Tatiana, que trabalho está sendo feito, como foi colocado pela Victória, está sendo feito o orçamento, que é uma obra de engenharia que vai ser feita, em especial, primeiramente, no Melão, que eu acho que é o mais sensível pela situação atual. O que foi indicado é que até o final da semana eles encerram o orçamento e a gente vai ter clareza até do montante de recursos que vai ser necessário e segue para a licitação. Aí vai entender se vai ser uma obra emergencial, se a gente consegue enquadrar isso como uma obra emergencial, ou se vai ter que seguir os trâmites de uma licitação normal para poder viabilizar essa obra. Mas está todo mundo correndo para que a gente consiga trazer essa efetividade localmente, que não é uma situação simples também de engenharia. Pode ser simples no sentido da lógica. De repente, se for um enrocamento, que era o que estava sendo indicado pelos professores de um lado e do outro, não é algo muito complexo, mas tem uma complexidade da maré, da dinâmica hídrica que acontece na região, que não é um trabalho simplesmente de lançar pedregulhos, lançar pedras ali no local. Então, esse trabalho está sendo feito, a Fundação está correndo, a Fundação tem feito essa conversa com a comunidade localmente, com a sua gestora, para poder explicar a situação, explicar como está avançando isso, e a

Secretaria e a Fundação se colocam à disposição para que a gente tenha esse canal de comunicação com vocês, que é super importante. A conversa lá em outubro foi boa no sentido de entender o problema, e ir a campo também para entender a situação que vocês estão vivenciando lá, mas a gente também tem a questão dessa complexidade de realização de uma obra no local, com todas as soluções que a gente possa trabalhar. Tá bom? Você gostaria de falar, ressaltar algum ponto?

**01:11:00 Tatiana (sobrenome):** Obrigada, Jonatas. Sim, a gente tem um diálogo, tem o CT do processo erosivo dentro do parque, do Conselho do Parque. A articulação está representada, vai estar participando hoje, mas o que a gente coloca na questão da participação é que o GT, que participa a Secretaria, participa da Fundação Florestal, num processo de decisão que tem as discussões de como vai andar o projeto, enfim, todo o processo, nós não fazemos parte. Então, a informação que chega na base não é o processo que acontece aqui em cima. Então, a reivindicação é que, quando a gente fala em realocação, adaptação e realocação num processo justo, é envolver a comunidade nesse processo de decisão e de participação, para que a gente consiga levar para a base, para que as pessoas entendam todo o processo de organização que está acontecendo aqui em cima. Aqui em São Paulo, eu digo. Porque a informação que chega para a gente não é a informação que é discutida e não tem o mesmo processo de poder de decisão e de diálogo que tem o GT aqui dentro desse processo. Acho que é isso.

**01:12:01 Jônatas Trindade:** Então, nós vamos reforçar com a Fundação esse trabalho e essa questão de comunicação, e realmente de envolvê-los nessa discussão. Em relação à engenharia, é obra. A gente pode executar de acordo com o que foi proposto e desenhado, mas em relação ao envolvimento, tanto em relação à forma dessa execução dessa obra, como também em relação à eventual necessidade de realocação, da gente reforçar esse trabalho de discussão mais próximo com vocês, envolvimento de toda a comunidade. Tá bom? Em relação à fala do senhor Gabriel, acho que está já endereçada para a CETESB, a CETESB se manifestar em relação ao pedido, e isso vai ser encaminhado formalmente à CETESB. Em relação à fala do professor Perinotto, falar que o conselho... É Comitê ou conselho? Que eu sempre misturo.

**01:13:04 Lucia Senna (SEMIL):** É o Comitê. Nós tínhamos, primeiramente, imaginado que seria uma resolução da secretária, mas a consultoria jurídica disse que houve uma alteração na legislação que nos obriga a fazer um decreto. Então, já está pronto, foi encaminhado para o gabinete ontem.

**01:13:25 Jônatas Trindade:** Então é isso, Perinotto. O processo com algumas idas e vindas, mas deve seguir para o Palácio para que haja um decreto do governador. Em relação ao que foi colocado pela doutora Amanda, reforçar o mutirão do SP Mais Verde. Eu acho que é super importante, têm dado resultado significativo com esse olhar principalmente na questão da restauração, nesse momento. Eu acho que tem sido um sucesso dentro do que tem sido estabelecido. Em relação às capacitações, a gente reforça a disponibilidade da Secretária, em especial o trabalho que vem sendo feito pela DPLA, de envolvimento dos técnicos e gestores das secretarias para que entendam os instrumentos e aprenda a utilizar instrumentos de planejamento, zoneamento, e tudo que a gente tem trabalhado, o PEARC. Em relação à fala do Agnaldo, eu gostaria que o Agnaldo reforçasse o endereço de contato, se puder reforçar para que todos saibam.

**01:14:45 Agnaldo Gonçalves de Almeida Junior:** É pli.semil.sp.gov.br. Será no edifício da Fiesp, amanhã, Avenida Paulista, 1313. Das 9h às 13horas.

**01:15:07 Jônatas Trindade:** E aí, acho que a gente já passou pelos pontos e podemos ir para o primeiro ponto de pauta.

**01:15:14 Naiana Lanza:** Ok, então seguimos aqui para a Ordem do Dia. Temos como primeiro ponto de pauta a apresentação sobre o mecanismo de financiamento climático do Estado, o Fina Clima. Não sei se todos recordam, eles estavam como ponto de pauta na nossa plenária passada, e aí não deu tempo, então hoje já colocamos como primeiro ponto de pauta para não correr o risco de ficar para trás de novo. Então eu convido para fazer o uso da palavra o André Previato, que é o secretário-executivo do Fina Clima. André, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA. Se puder ser rapidinho, a gente agradece.

**01:16:11 André Previato (Fina Clima):** Bom dia a todos, bom dia, secretária Natália, secretário Jônatas, Naiana, obrigado pelo convite. É um prazer estar aqui e apresentar o Fina Clima para vocês. É um mecanismo que foi pensado para acelerar a restauração no Estado de São Paulo, na agenda climática no Estado de São Paulo, nesse primeiro ciclo, a restauração de paisagens com recursos privados, e, por isso, é importante apresentar aqui para vocês o que a gente já avançou até agora e contar com vocês também para a divulgação desse mecanismo por todo o Estado de São Paulo. A gente chama ele de mecanismo, muitas pessoas confundem ele com fundo, porque ele é um mecanismo que viabiliza oportunidades de investimento e aportes financeiros para a restauração do Estado. Esse recurso não passa pelo Estado, mas ele é gerido por uma entidade gestora que foi selecionada por um chamamento público aqui no Estado de São Paulo. Então, ela recebe esses recursos e aplica em projetos estruturantes de restauração florestal. Então, ele cria oportunidades para o financiamento no Estado de São Paulo. Então, nesse primeiro ciclo, ele tem o foco em restauração e conservação de ecossistemas, apoio à conservação da biodiversidade em áreas especialmente protegidas, preservação e desenvolvimento de sistemas agrícolas biodiversos e soluções baseadas na natureza e na infraestrutura natural. No futuro, também teremos outros temas, como bioinsumos, biocombustíveis, adensamento das cadeias produtivas, inovações e soluções climáticas, economia circular. Mas, nesse momento, a gente está bastante focado em implementar o mecanismo e fortalecer a restauração do Estado. Então, como ele funciona? Ele tem um conselho de orientação, que foi selecionado na sociedade civil, no setor produtivo. Então, o Estado tem quatro cadeiras nesse conselho de orientação. Temos ali o setor acadêmico, com a USP, o UFSCAR. O setor produtivo, com a FAESP e ABBI. E organizações da sociedade civil, sendo a TNC e o ICLEI como titulares, e o The Green Initiative e o Instituto Educa Brasil como suplentes. Então, esse conselho vai dar as diretrizes de aplicação dos recursos do Fina Clima. Então, como a gente está vendo ali, o Conselho de Orientação faz as diretrizes e o comitê executivo executa. O comitê executivo é formado pela Secretaria Executiva do Fina Clima, na qual eu coordeno, e temos membros do IPA, da Fundação Florestal, da SEMIL, da parte de fiscalização, tendo um pensamento bastante integrado no desenvolvimento desses projetos. E a entidade gestora que foi selecionada, que é o Funbio, tem anos e milhões de experiência na restauração do Estado de São Paulo. Então, o objetivo dele é direcionar recursos financeiros, desde aportes não reembolsáveis, doações mesmo de empresas, que tem uma política ESG, fazer blended finance, diversos recursos, juntar diversos recursos para esses projetos, e obrigações legais.

Então, a gente tem uma parceria importante com a Cetesb, por exemplo, para que obrigações de compensações legais possam ser direcionadas. E isso a gente também acaba atendendo e destravando um gargalo no estado de São Paulo, que é tanto empresas que não têm o know-how de fazer projetos de restauração ou têm dificuldade de acessar terras no estado de São Paulo para fazer seus projetos. Então, aqui a gente tem esse ganho de ter um projeto estruturado, ter o acesso às terras e ter uma entidade gestora com conhecimento, que é o FUNBIO, desenvolvendo esses projetos. Então, ela faz todo o monitoramento, todo o acompanhamento, garantindo que, por exemplo, num projeto de compensação ambiental, os requisitos da Resolução 32 sejam atingidos e deixando, sendo um mecanismo bastante seguro para essas empresas. E aí, no final, a gente vai ter a restauração das paisagens. Então, o FUNBIO, aqui um pouquinho, ele tem uma grande experiência, atua no projeto da Amazônia Oriental, tem projetos com o estado do Pará, tem projetos com o governo do Rio de Janeiro, na Mata Atlântica, e 29 anos de experiência, e foi selecionado por uma chamada pública. Então, o diferencial é essa segurança jurídica que eu mencionei, ter um conselho de orientação tripartite, ter uma gestão por uma entidade privada, que dá mais agilidade, sem deixar a transparência, ter uma auditoria externa, ter toda essa segurança também, acesso a terras no Estado de São Paulo, e acho que, principalmente, ganho de escala e alinhamento a políticas públicas. Então, sendo um instrumento do Estado de São Paulo, a gente garante que todo esse aporte de recursos privados sejam destinados a projetos de restauração conectados com a política estadual. Então, a gente tem o objetivo de criar corredores ecológicos, criar grandes áreas de restauração e evitando também, por exemplo, que muitas vezes acontece em casos de compensação ambiental, por exemplo, diversos projetos picados, espalhados no Estado, que diminuem esse ganho ecossistêmico de serviços ambientais, além da transparência e rastreabilidade. Então, a gente está olhando para TACS, TCRAs, como eu disse, não vou repetir aqui, neutralização de emissões também no Estado, então, acesso a terras no Estado para esses projetos é bastante importante. O Conselho de Orientação, junto com o Comitê Executivo, definiu duas áreas prioritárias para esse primeiro ciclo desse primeiro ano. A primeira é a região de Presidente Prudente, que tem mais de 10 mil hectares de área de proteção permanente para serem restauradas. E esses 10 mil hectares são de propriedade do Estado de São Paulo. Nos assentamentos gerenciados pelo ITESP, os lotes vão para os assentados, passam pela titulação, mas as APPs e reservas legais se mantêm de propriedade do Estado. Então, isso também é uma das razões para a escolha dessa região, aí a gente já tem o ITESP articulando a população local, os assentados, a gente tem ganhos sociais de promover as cadeias produtivas da restauração ali na região, melhoria da qualidade, vamos fazer projetos também nos lotes, rotacionamento de pastagens com ganhos de produtividade também para os assentados, e temos uma prontidão para desenvolvimento de projetos. Então isso é bastante importante, sendo o primeiro ciclo, a gente está começando agora os primeiros projetos, ter essa prontidão e segurança, que são terras do Estado de São Paulo, também é um ganho bastante importante. E a outra área, a gente discutiu bastante aqui hoje já, a questão da segurança hídrica, é a APA do Sistema Cantareira, pela sua relevância para a região metropolitana de São Paulo. E eu vou falar um pouquinho mais do que a gente está pensando para a região. Na região de Presidente Prudente, a gente já fez uma chamada de projetos e a gente já está agora entrando na fase de desenho desse projeto para desenvolvimento de restauração ali na região. Então, a gente mapeou os assentamentos junto com o ITESP, selecionamos como primeiro local o assentamento André Franco Montoro, ali em Marabá Paulista. Então, hoje a gente já tem contratado 6,5 milhões aproximadamente para fazer esses projetos. Vai dar, nesse primeiro momento, 100 hectares, e a gente tem um potencial ainda de 700 hectares só nesse

assentamento de APP e Reserva Legal para fazer, e fizemos esse chamamento de projetos ali. Então, a gente está finalizando agora os executores, porque como funciona? A gente tem o recurso, o FUNBIO recebe esse recurso e abre chamados. Então, ele não executa ali na ponta, ele faz um chamamento para executores locais, inclusive com esse olhar de fortalecimento das cadeias locais, etc. Então, a gente já fez o chamamento para o pontal, já tivemos alguns pré-selecionados, estamos agora finalizando essa contratação, para inicialmente 100 hectares, mas com a possibilidade de expandir, entrando mais recursos, a gente consegue expandir ainda esse ano para pegar a época de plantio de outubro, novembro, se a gente conseguir mais recursos até lá, a gente consegue expandir esses projetos. E, na APA Cantareira, a gente está desenvolvendo um projeto de Pagamento por Serviços Ambientais para restauração. Então, a gente vai fazer uma seleção de organizações da sociedade civil responsáveis pela execução desse PSA, assim como no Pontal, a gente tem OSCs que são executoras, aqui a gente vai ter OSCs que vão ser responsáveis para fazer a seleção de provedores, os proprietários que têm áreas, firmar contratos de PSA, realizar captação, providenciar insumos, mudas e tudo mais, realizar as etapas de preparo e fazer uma assistência técnica. Essa foi uma solução que a gente chegou para a área da Cantareira, devido à dificuldade de acessar terras. Então, o Fina clima se propõe também a desenvolver projetos em pequenas e médias propriedades. E na Cantareira, as grandes áreas praticamente já foram, que estavam disponíveis, foram sendo tomadas ali por diversos empreendedores que tinham obrigações de fazer compensação no Cantareira. E a gente ainda tem muita coisa para fazer na Cantareira, para garantir a segurança hídrica do estado de São Paulo e a dificuldade de acesso nessas terras. Então, com o PSA, a gente quer trazer junto esse proprietário, fazer uma conscientização, trazer ele junto para participar do projeto, e com esse Pagamento de Serviços Ambientais, a gente tem ele ao nosso lado, fazendo, contribuindo para que aquela área dele seja restaurada e preservada, com um bônus no final dos cinco anos, se ele atingir os parâmetros que a gente colocar ali, da 32, ele vai ter um bônus final ali com incentivo maior para ele participar disso. Então, hoje a gente teve de recurso líquido já, de Licenciamento da CETESB, 6,5 milhões aproximadamente, com o Acordo Verde, a quem agradeço também a participação do pessoal da DPFA. Com a conversão de multas, a gente já tem 2.300 milhões, então tem um total contratado de 8 milhões e pouco. A gente está em contratação, é uma doação que está se fechando por essa semana de aproximadamente 800 milhões e pouco, líquido 770. Um TAC da CETESB em negociação e Licenciamento do IBAMA, também a gente está construindo uma aproximação com o IBAMA para que os licenciamentos do IBAMA, que tem que ser feito no estado de São Paulo, sejam direcionados também ao Fina Clima. Então, esse é o panorama que a gente está agora, com um calendário de desenvolvimento de projetos, contratação, e chegar no final do ano com um plantio no final do ano. Então, o nosso objetivo aqui é a resiliência climática, negócios sustentáveis e melhoria da qualidade de vida para a população do estado de São Paulo, com esses serviços ambientais, melhoria da produtividade das pastagens, pequenos e médios proprietários, cadeia de valor, segurança hídrica, e criar esse ambiente para a meta do Estado, que é de fazer a restauração de 1,5 milhão de hectares até 2050. Então é isso, eu fico à disposição para qualquer dúvida que vocês tenham. Muito obrigado.

**01:29:02 Naiana Lanza:** Muito obrigada, André. Agora a gente passa... Tem algum conselheiro que gostaria de fazer algum comentário? Já temos aqui inscrito o Henrique, Paulo Nelson, Cris, Victorino. Então, aqui no plenário, recapitulando, Henrique, Paulo Nelson, a Cris Murgel e o Victorino, certo? Online, não temos ninguém inscrito por enquanto. Então, por favor, Henrique, pode puxar a fila aí. Ok. Então, vamos na sequência, Paulo Nelson, então.

**01:29:39 Paulo Nelson do Rego:** Bom, primeiro, parabéns pela apresentação. Eu, como um dos membros do Fina Clima, além do Instituto Educa Brasil, a gente que representa, e eu acho que a nossa busca é realmente fomentar o Fina Clima. Uma das discussões que temos tido é trazer novos doadores. Acho que a gente não pode depender de um Fina Clima só de dinheiro público. Acho que existe muito dinheiro de empresários, de doadores, e que, na medida em que a gente tiver motivação para esses projetos, a gente pode realmente aumentar a capacidade de investimento e gestão disso. Então, parabéns pela aplicação, e estamos aqui sempre prontos para colaborar com o processo.

**01:30:30 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Cris Murgel, por favor.

**01:30:44 Cristina Murgel:** Obrigada. Primeiro, parabéns pela apresentação. A dúvida da FAESP, que a gente percebe, é ainda um distanciamento entre essas iniciativas e a política de regularização ambiental do imóvel rural. A gente tem hoje 50 mil cadastros validados pela Secretaria da Agricultura com passivos ambientais. E desses 50 mil, boa parte são pequenas propriedades abaixo de quatro módulos fiscais. E a gente percebe, nós temos acompanhado os números, e a gente percebe que os Termos de Compromisso têm vindo de uma forma muito devagar, os Termos de Compromisso, do cumprimento do Código Florestal. Embora a validação venha rápido no estado de São Paulo, nós temos um grande desafio, que é trazer esse pequeno produtor a assumir esse Termo de Compromisso. Por uma série de dificuldades, desde entendimento, questões financeiras, disposição para estar fazendo aquilo, e estamos trabalhando isso com os sindicatos rurais, e percebo, na sua apresentação, pouca ligação, inclusive porque a regularização ambiental do imóvel rural no estado de São Paulo, ela segue outras resoluções firmadas em parceria com a Secretaria, não é a 32. Então, há muitas dúvidas. Nós já recebemos sindicatos lá que, às vezes, têm a proposta de projeto, do investimento da compensação, mas ele não visualiza a regularização desse proprietário. Ele não consegue entender como é que fica aquele Termo de Compromisso que ele vai assinar lá, e esse termo que ele vai assinar com esse que está financiando, qual é a vantagem que ele está ganhando ali naquele momento. Então, acho que o Fina Clima precisa fazer um trabalho de trazer essa política. Não sei se projetos específicos dentro do Fina Clima, onde a gente localiza áreas de pequenos proprietários e que precisam, e a gente case a área protegida, o pequeno proprietário, e olhando também, a gente fala muito na restauração, na importância da conservação hídrica. Mas veja, isso é importante para algumas produções no Estado de São Paulo, que vão ter o seu selo verde, vão ter a sua sustentabilidade garantida, a sua regularização garantida, e isso dá competitividade lá na frente. Então, essa mensagem precisa chegar, principalmente para o pequeno, e a gente ainda está vendo isso muito distante. A Érica, nossa representante no Fina Clima, eu tenho discutido bastante com ela, como levar isso ao Fina Clima, para que a gente aproxime essa política da regularização, que hoje é o que talvez o setor mais queira, é estar regular, é estar em conformidade. Se ele vai fazer o extra, se ele vai fazer o a mais, vai ser um ganho para todos nós. Mas garantir a ele o mínimo, que ele tenha a condição de fazer o mínimo. E realmente, os números têm mostrado um grande número de pequenas propriedades com passivos, e essas precisam ser atacadas. Então, essa é a contribuição.

**01:34:15 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris. Agora, Henrique, por favor. Leduc se inscreveu também?

**01:34:22 Henrique Kefalás:** Obrigado pela apresentação. Jônatas, eu gostaria só de trazer um ponto ainda sobre a questão lá na Ilha do Cardoso, bem breve mesmo, no sentido de que sim, a gente tem a Câmara Temática no âmbito da Unidade de Conservação, como já destacado pela Victória e pela Tatiana, mas as informações que chegam até o espaço são, de certa forma, limitadas, porque a gente entende que existem outras tramitações, outros processos que acontecem aqui na relação entre SEMIL, Fundação, SP Águas. E aí eu entendo que a reivindicação da Tatiana é para a participação das comunidades diretamente nesse espaço de diálogo aqui mais da alta gestão, vamos dizer assim. Porque eu só quis fazer esse ajuste para a gente não ficar com a interpretação de que existe, de repente, um problema de comunicação interna na Fundação ou com a gestora lá na ponta. Eu acho que a demanda é para que, de fato, as comunidades organizadas consigam ter o seu espaço de participação e debate aqui nas instâncias dessa alta gestão, para que não fique esse telefone sem fio, vamos dizer assim, nessa informação que chega até a ponta. Então, acho que esse era o primeiro ponto que eu gostaria de destacar. Com relação à apresentação, agradeço. Eu gostaria até de sugerir que a gente pudesse ter algo nesse sentido, relacionado à Câmara de Compensação Ambiental aqui do Estado de São Paulo. A gente tem reuniões, de certa forma, esporádicas, uma ata por ano, ou às vezes até duas. Então, para que a gente pudesse ver, eu acho que isso foi um exercício muito grande de transparência sobre seleção dos recursos, quem compõe, como é que os projetos são submetidos. Eu acho que a gente precisa disso também no âmbito da Câmara de Compensação Ambiental. A gente não tem tido esse acesso, essa informação, esse conhecimento, ainda mais quando as Câmaras de Compensação Ambiental têm uma vinculação, uma relação direta com as Unidades de Conservação, por exemplo. E aí tem uma série de demandas no território, então essa própria seleção dos projetos. A gente sabe, pelo acompanhamento que a gente tem, que muitos desses recursos da Câmara estão às vezes vinculados a pagar vigilante, a pagar outras atividades que não são, muitas vezes, a atividade fim daquelas unidades, ou da proteção ambiental, ou da agenda socioambiental. Então, acho que isso foi um exercício de transparência muito importante e significativo, que acho que caberia também à Câmara de Compensação Ambiental sobre isso. E, por último, fazer um questionamento sobre essa conexão em relação ao Fina Clima com o programa Nascentes, entendendo como isso também aporta, porque acho que esse é um aspecto, secretária, que dialoga muito com essa questão da escassez hídrica, etc., e que a gente vê que, às vezes, isso não é priorizado. Quando a gente fala de poder tentar... Sim, tem o programa Nascentes, mas no sentido de... Quando a gente pensa em crise hídrica, eu lembro lá em 2014, quando teve a crise, eu fui num evento da Sabesp, era como a Sabesp enfrentou a maior crise hídrica do Estado, com obra, obra, obra, obra, obra, a obra, conexão de pontos de abastecimento, enfim, dos reservatórios. Era muito voltado a isso, os reservatórios, obra nele. E não tinha uma, celebrando a celeridade da CETESB em autorizar a supressão de mata para obras. E não teve uma sequer menção sobre quantas nascentes nós restauramos, quanto a gente, de fato, conseguiu aumentar a produção de água no Estado por meio de recuperação de áreas degradadas, de nascentes, então talvez esse seja um ponto que a gente precisasse evidenciar mais, acredito que tenham esforços feitos nesse sentido, mas que a gente precisasse ter mais evidências, números, informações sobre isso, para que a gente possa também entender esse trabalho preventivo associado à plantação de água, vamos dizer assim. Está bem? Obrigado.

**01:38:04 Naiana Lanza:** Obrigada, Henrique. Na sequência, o conselheiro Victorino.

**01:38:09 Eduardo Victorino:** Bom, o Henrique não deixou nem eu molhar o bico, falou tudo o que eu ia falar. Bom, de qualquer maneira, parabéns pela sua fala, parabéns pela apresentação e dizer que o PSA será muito bem-vindo à Cantareira, principalmente quando a gente fala em nascentes, porque a gente precisa pensar na produção de água, a gente pensa na redução das perdas e outras demandas mais, mas precisamos produzir água. A produção de água é fundamental. Então, é isso. O Henrique já completou o que eu ia falar. Obrigado.

**01:38:43 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Leduc.

**01:38:50 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Parabéns. É sempre maravilhoso a gente ver ferramentas para a gente implementar tudo o que precisa no Estado. O meu ponto é, eu não sei, depois o senhor pode nos responder, porque o foco é pequeno, sendo que se é pequeno para o produtor, ou se também para a média, ou para outros. Porque eu vejo a capacidade de gerar resultado em corredores ecológicos, matas ciliares contínuas, passando de uma propriedade para outra, é muito maior no médio e no grande. Então, em termos de meio ambiente para o Estado, eu acredito que o pequeno tem muita dificuldade de fazer, de dar continuidade, e pela limitação do tamanho da área dele também. Então, eu penso que o resultado poderia ser maior. O segundo ponto é que nós temos outros projetos que a gente vê apresentados aqui, o Refloresta São Paulo, nós temos o Agroflorestas como parte disso, nós temos o Araucária, de partes do Estado de recuperar a Araucária para não entrar em extinção, nós temos o projeto de Nascentes. Então, se a gente tivesse, digamos assim, uma ação integrada desse tipo de financiamento a esses projetos, o sucesso deles todos seriam maiores e um trabalho em equipe depois para apresentar resultados. Às vezes eu vejo que as coisas andam, cada um com o seu projeto, e depois ninguém consegue implementar. Falta braço, porque todo mundo tem recurso limitado. Então eu faria aqui talvez uma sugestão de tentar fazer uma ação integrada com esses existentes para que a gente possa ter um resultado maior. Então, esses seriam meus comentários. Obrigado.

**01:40:37 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Ricardo Rosário. E depois, na sequência, o conselheiro Rodrigo, que está online.

**01:40:50 Ricardo Rosário (SAA):** Bom dia. Cumprimentar todos os conselheiros, em nome da secretária Natália. Agradecer a apresentação, parabéns, excelente. Acho que a gente tem trabalhado algumas coisas em conjunto, já o projeto do ITESP, da Secretaria, com o Fina Clima. Mas só aproveitando principalmente a fala da Cris, para a gente falar um pouco do CAR. Duas coisas novas ainda, não sei se todo mundo está sabendo, mas o CAR agora está totalmente online. Você não precisa mais baixar o shapefile para trabalhar nele e depois retomar ele para o sistema. Então isso, a gente com certeza está esperando uma melhoria na análise dos CARs e uma velocidade na aprovação. Tem algumas informações que até vai ter uma aprovação automática. E pensando em outros projetos em conjunto, hoje, Cris, não sei se você já está com esse número, a gente tem mil Termos de Compromisso assinados pelo CAR para recuperar aproximadamente 20 mil hectares de APP e reserva legal e 10 mil hectares em áreas de compensação. Então, acho que o nosso compromisso, a gente tem feito, tem acontecido, e para a gente pensar em mais projetos em conjunto no Fina Clima. Obrigado.

**01:42:06 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Então, por favor, Rodrigo.

**01:42:20 Rodrigo Levkovicz:** Rapidamente, só para esclarecer, estou mais à par da Ilha do Cardoso. Bom, a gente tem feito um diálogo com a comunidade, a Emily tem ido, foi na Via Rápida semana passada, falou com o pessoal, tem falado com o Pereirinha e o Itacuruçá também. Só para não dar a falsa impressão que a comunidade não está participando agora do que está acontecendo em São Paulo, é porque, até onde eu sei, foi informado que a gente está fazendo o projeto. Então, agora no projeto, é a equipe técnica, basicamente de engenharia, que está estruturando a solução. Então, assim, até eu não participo dessa parte, porque é uma parte eminentemente técnica, a gente tem dado algumas devolutivas de previsão de quando esse projeto vai terminar, essa semana ele termina. Tenho me reunido com a Defensoria, com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público Federal e estou à disposição também, Tatiana, se você quiser entrar em contato direto comigo ou com a Emily, também a gente está à disposição para conversar, para que essa informação chegue de forma mais fluida. Mas basicamente a informação que chegou na ponta é a mesma que está acontecendo na sede. Estamos estruturando um projeto de engenharia e aí até a nossa participação aqui mesmo, da ação florestal, ela fica meio, não vou dizer vendida, mas é uma questão técnica, que vai ser realizada, e aí só também trazer, a gente vai fazer enrocamento, a gente vai fazer tubos geotextos, que é uma solução flexível, uma solução rígida, e que também está em consonância com o que o Ministério Público, o **VAKS (01:44:08 ininteligível)**, tinha apresentado na segunda liminar. Então, aquela oportunidade que veio na segunda liminar, o nosso trabalho técnico já acolhia os pressupostos técnicos que vieram depois, né? Então, para dizer que está todo mundo no mesmo ritmo, estamos adiantando aqui as coisas, e esse tempo de espera que parece que é uma falta de informação não é uma falta de informação, é simplesmente que o projeto está sendo estruturado, e isso a Emily tem trazido para todas as comunidades envolvidas, tá bom? Mas, assim, qualquer coisa, podem mandar WhatsApp, eu estou totalmente à disposição para fazer reunião online, para conversar, é isso. Obrigado.

**01:44:49 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Agora eu passo a palavra ao André Previato e, na sequência, a gente volta para a mesa para comentários. Por favor, André.

**01:45:00 André Previato** Bom, vou tentar ser bem breve aqui nos esclarecimentos. Começando a destacar que esse é o primeiro ano de implementação, então a gente, obviamente, como é o primeiro ano, a gente enfrentou alguns desafios, principalmente por não ter ainda projetos para mostrar, para a iniciativa privada ver o que a gente está fazendo de fato. E o canal principal, que a gente entendeu um potencial, foram os TCRA's da CETESB, que foi a principal fonte de recurso neste momento. Então, respondendo aqui para o conselheiro, esse ano a gente vai começar a planejar como a gente vai desenvolver Blend and Finance, então fazer projetos de carbono, biodiversidade, que devem ser implementados a partir do ano que vem. Esse ano vai ser o foco na consolidação desses recursos que a gente já tem, desses projetos que a gente já tem contratados. E, com relação aos pequenos proprietários, de como trazê-los, esse é um grande desafio que a gente enxerga também. Então, a gente precisa olhar que o Fina Clima quer concentrar em algumas regiões para ter esse ganho de escala. Então, a nossa opção pelo Cantareira foi justamente olhando para essa grande diversidade de pequenos proprietários e fazer ali um primeiro piloto. E esse primeiro piloto que a gente vai fazer vai ser através do PSA, justamente como você falou, para ter esse pequeno proprietário do nosso lado, não só ele entendendo como ele faz a restauração, mas também entendendo a importância e sendo um parceiro nosso. Com essa

participação dele, a gente paga o PSA, mas a gente também tem alguma redução de custo do projeto em si, porque a gente tem a participação dele direto. Então, isso acaba sendo uma solução bastante promissora, que a gente vai implementar agora para testar, e a partir disso a gente pode pensar como expandir isso para o Estado, via Fina Clima ou via outros mecanismos que a gente tem aqui. E aí, caindo na pergunta de integração de outros programas, o Fina Clima é complementar ao Nascentes. Então, o Nascentes é um projeto que está ali de prateleira. O empreendedor vai lá, ou a empresa escolhe qual ele quer fazer, pega a área e faz. Aqui, a gente está pensando em áreas maiores, mais estruturantes, de corredores, etc. Mas nada impede, por exemplo, que um proponente de projeto de Nascente apresente um projeto na chamada do Fina Clima. Então, agora a gente vai abrir uma chamada para esses projetos do Cantareira, então, as empresas que fazem os projetos do Nascente, elas vão poder também participar desse processo e apresentar esses projetos. Então, eles caminham juntos, e aí a gente pode trazer também, concordo que é necessária essa integração, a gente tem uma integração grande pela própria Constituição do Fina Clima, com várias áreas da Secretaria e outros órgãos externos da Secretaria, e a gente tem esse objetivo quando a gente começar a entrar em fazer nos lotes, fazer um pouco de sistemas agroflorestais, fazer Zonas de Amortecimento, aí trazer as experiências dos outros projetos, como Araucária, Juçara, etc., para integrar esses projetos e a gente aproveitar a experiência que a gente já teve aqui no estado de São Paulo. Não sei se deixei de comentar algum, acho que é isso.

**01:48:35 Naiana Lanza:** Obrigada, André. Secretária, gostaria de comentar?

**01:48:38 Natália Resende:** Só bem rapidamente aqui. Obrigada, André, pelas explicações. Acho que é bem importante a gente trazer aqui para o CONSEMA essa discussão do Fina Clima. A gente sempre quer atualizá-los, porque é um mecanismo que a gente acredita muito e ele é complementar, é importante a gente falar. Então, aí muito, Henrique e Victorino, a questão de restauração, para nós, a gente vem falando muito, vem trazendo muito aqui no CONSEMA, ela é prioridade máxima. Vocês vão se lembrar, quando a gente fez o Plano do Meio Ambiente, lá em 2023, a gente trouxe aqui os eixos, os pilares, tudo organizado, e um dos principais, se não o principal, é a de restauração. E tanto que, não sei se vocês se lembram, a gente tinha colocado lá na nossa gestão de chegar a 37,5 mil hectares, a gente está chegando a 34 já. A média, se vocês olharem, de 22, nos quatro últimos anos, de 22, era 6 mil, a gente está chegando em anuais de 15 mil. Então, para mostrar que é prioridade, então, isso é um primeiro ponto, e é prioridade a gente olhar dessa forma integrada. Então, não é por acaso que o Cantareira está aqui. É um dos grandes, para não dizer, não o maior, mas é um dos grandes mananciais que a gente tem aqui, porque a Billings é maior do que o sistema Cantareira, se a gente for olhar. Mas a gente tem tido muito esse olhar articulado entre a restauração, preservação de mananciais, recuperação de mananciais, segurança hídrica, porque é essencial, não tenho dúvida nenhuma em relação a isso. Então, em todos os projetos, a gente tem olhado essa articulação, aqui no Fina Clima, nos PSAs, que a gente tem feito, a gente está com 61 iniciativas de Programa por Serviço Ambiental, Refloresta, a Fundação Florestal tem feito vários. A gente tem muito esse olhar em olhar o pequeno produtor, por exemplo, e fazer toda uma rede de apoio para ter melhoria, claro, da renda, unindo também a questão da restauração. Eu mesmo fui visitar uma família lá em São Luís do Paraitinga, que a gente está fazendo isso, vi de perto, a gente está fazendo em vários, lá no Consórcio Três Rios, enfim, dando escala a isso para o Estado. No que a gente está discutindo agora no SARS-PCJ também, e aí é uma área que olha muito mananciais, com o

próprio Ministério Público, o doutor Rodrigo, doutora Tatiana, a gente tem conversado muito com ele também de, no projeto do SARS-PCJ, a gente colocar também essas medidas, a gente vai agregar, foi uma contribuição que ele nos trouxe, a gente vai incorporar. Então, assim, só para citar alguns exemplos de que a gente não chegou em 34 mil hectares desde 23 à toa. Então, a gente fez um planejamento, uma organização, colocamos dentro das várias iniciativas e criamos o Fina Clima também para isso. Então, quando a prioridade, e a gente olha, se pauta, além, claro, no Pontal tem todas as particularidades, corredor ecológico, agregar também os pequenos produtores, o Cantareira, é para mostrar isso, essa prioridade. E aí, Cris, a gente está super à disposição. Eu tenho conversado muito com o Geraldo, foi a primeira pauta que eu falei com ele quando ele chegou, de que a gente quer sempre o agro junto. O Ricardo sabe bem aqui, a gente sempre tenta fazer, claro, olhando os desafios, mas o Estado de São Paulo é referência nessa área, a gente quer avançar cada vez mais, então, estamos à disposição para melhorar também, tá bom?

**01:52:12 Natália Resende:** Eu gostaria de falar rapidamente, só em relação à sua fala, Henrique, nós vamos pensar nessa questão desse exercício de transparência que você falou em relação à Câmara de Compensação, para trazer cada vez mais, que eu acho que é importante ter esse olhar sim, e nós estamos à disposição sempre, tá? Obrigado pela contribuição.

**01:52:31 Naiana Lanza:** Bom, mais uma vez, agradeço a apresentação do André, obrigado, foi muito legal, bem esclarecedora. E passamos, então, para o nosso segundo ponto de pauta, na Ordem do Dia, que seria a apreciação do parecer técnico da CETESB sobre o EIA Rima do empreendimento e implantação da nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista nos municípios de São Bernardo, São Vicente e Cubatão, sob responsabilidade da concessionária Ecovias. Então, eu convido para fazer uso da palavra o senhor Naelson, empreendedor, representando a Ecovias, e também o Marlon, que, na sequência, fará a apresentação pela consultoria. Por favor, Naelson.

**01:53:19 Naelson Cândido (Ecovias):** Bom dia a todos. Inicialmente, cumprimento aqui os conselheiros, cumprimento a senhora secretária, o senhor subsecretário, e também as autoridades presentes, a deputada. Inicialmente, meu nome é Naelson Cândido, sou líder no desenvolvimento desse projeto, represento aqui a concessionária Ecovias dos Imigrantes no desenvolvimento desse projeto. Importante aqui um prefácio inicial em relação a esse projeto. Em janeiro de 2024, o governo do Estado de São Paulo, através da agência reguladora, solicitou que a Concessionária Ecovias Imigrantes desenvolvesse uma nova ligação para o Planalto e a Baixada. Nesse sentido, foi discutido um cronograma e, a partir de maio, efetivamente, contratamos empresas de qualidade superior para desenvolver tanto a questão do projeto de engenharia, quanto também toda a parte de licenciamento necessário para a execução desse projeto. Na parte de engenharia, contempla as questões, além das questões de projeto básico, funcional e executivo, mas também todo o sistema de sondagens e o que se faz necessário para você ter a conclusão completa do empreendimento dessa natureza. E nesse ínterim, foi contratada a empresa JGP, que está aqui presente, e vai fazer a apresentação para todos do EIA RIMA e tirar as dúvidas que possam ter. A gente fica à disposição e passo a palavra aqui para o Marlon, representante da JGP.

**01:54:44 Marlon Rocha (JGP):** Obrigado, Naelson. Também agradeço aqui a oportunidade de falar a todos, rever algumas pessoas já conhecidas. E cumprimentando a todos com um

bom dia. Meu nome é Marlon Rocha, eu sou da JGP Consultoria, que é a empresa que foi contratada pela Ecovias para desenvolver o Estudo de Impacto Ambiental desse empreendimento, que é chamado de Nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista, mas que popularmente nós chamamos, e tem sido também conhecido, como a terceira pista da rodovia dos Imigrantes. Então, eu vou fazer uma síntese do Estudo de Impacto Ambiental, que foi analisado pela equipe da CETESB nos últimos meses, e cuja análise resultou na recente expedição do parecer técnico, que está sendo analisado e discutido hoje. Dentro do Estudo de Impacto Ambiental, como de praxe, os Estudos de Impacto Ambiental, eles envolvem sempre a caracterização detalhada do empreendimento, o diagnóstico ambiental, a caracterização ambiental da região, do local em que o empreendimento é proposto, e, por fim, é feita a avaliação ambiental, que consiste basicamente na identificação, avaliação dos impactos potenciais, dos impactos que podem ocorrer em razão da implantação e da operação do empreendimento, e também a proposta de programas, de medidas de controle e de prevenção ambiental para fazer com que esses impactos sejam prevenidos, não ocorram, ou que, se ocorram, ocorram com a menor intensidade possível. O projeto, o objetivo é, na verdade, efetuar, promover uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista dentro do sistema Anchieta Imigrantes. Então, nesse sentido, fatalmente, a localização do empreendimento situa-se aqui nessa região de transposição da Serra do Mar. Atualmente, por meio do SAI, do Sistema Anchieta Imigrantes, são duas rodovias que efetuem essa ligação rodoviária entre a região metropolitana de São Paulo e a Baixada Santista, inclusive ao Porto de Santos. São duas rodovias: a rodovia Anchieta e a rodovia dos Imigrantes. A rodovia Anchieta é uma rodovia implantada na década de 40, com raios muito pequenos, uma rodovia muito sinuosa, implantada de acordo com a realidade tecnológica e da engenharia da época, e, posteriormente, nós tivemos a construção da primeira pista da Rodovia dos Imigrantes nos anos 70, e, mais recentemente, final dos anos 90 e início dos anos 2000, a construção da segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, já com uma nova concepção de traçado. Mas a realidade é que, hoje, com essas duas rodovias, nós temos uma condição muito preocupante em relação ao suprimento das demandas de tráfego e o acesso ao Porto de Santos. O pedido do governo do Estado de São Paulo para a concessionária Ecovias foi estudar uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada, mas com uma condição, que essa nova pista permita também o tráfego seguro de veículos comerciais, de ônibus e caminhões, que é a realidade que nós não temos hoje na segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, por conta da forte inclinação da pista. A pista atual, a segunda pista da Rodovia dos Imigrantes, tem uma inclinação da ordem de 6%, que pode parecer pequena, mas para um veículo de carga, um caminhão, isso é uma considerável declividade, agravado pelo fato de ser uma rampa muito extensa, muito contínua, uma descida muito extensa. Isso, dada a realidade da frota brasileira de veículos comerciais, é um risco relevante da ocorrência de acidentes, de superaquecimento de sistemas de freio, o que, por motivos de segurança, dentro do ordenamento que nós temos hoje e das recomendações técnicas, esse tráfego de veículos comerciais pela segunda pista da Rodovia dos Imigrantes é proibido. O que condiciona a descida de todo o tráfego de veículos comerciais pela Rodovia Anchieta, que é a rodovia mais antiga, com tráfego, com vias, com um conceito de projeto já muito antigo, da década de 40, que não permite atender plenamente à demanda. Hoje a rodovia Anchieta opera dentro do seu limite máximo de capacidade, sendo muito comuns e frequentes os congestionamentos, acidentes, e situação que é bastante conhecida da realidade de todos os paulistas. Então, hoje, o sistema Anchieta Imigrantes tem uma demanda muito alta, da ordem de 90 mil veículos por dia. Nos períodos de feriado, finais de semana, essa demanda de veículos como um todo aumenta significativamente, superando até 130 mil veículos por

dia. Então, o projeto visa resolver esse problema, possibilitando uma nova ligação rodoviária. Importante ressaltar também que não é a única política pública que vem sendo desenvolvida nos últimos anos para melhorar a ligação entre as duas regiões metropolitanas, Baixada e a região metropolitana. Além do projeto rodoviário, há também políticas e investimentos em curso ou em estudo relativo, por exemplo, ao modal ferroviário entre as duas regiões, seja para carga, inclusive para passageiros, como está sendo estudado. A Serra do Mar é uma região complexa, o projeto é proposto dentro de uma região complexa, com diferentes condicionantes socioambientais, uma área de importância biológica relevante, do ponto de vista da biodiversidade. Os principais remanescentes de Mata Atlântica, do Estado de São Paulo e do Brasil, estão situados nessa região da serra, que divide o Planalto e a Baixada. A Serra do Mar, na verdade, a gente chama de serra, mas, tecnicamente, ela é uma escarpa, é uma ruptura de relevo, é um elemento geográfico que faz a divisa, limita dois importantes componentes do relevo paulista, o Planalto e a Baixada. Isso tem um desnível da ordem de 700 metros em poucos quilômetros de largura, e que, para vencer esse desnível com um projeto de transporte de uma infraestrutura rodoviária ou ferroviária, logicamente é um desafio. Outras camadas estão colocadas dentro dessa região, do ponto de vista geográfico, relativo não somente à fragilidade desse terreno, desse relevo, mas também às proteções existentes. É uma área que está inserida ou englobada pelo Parque Estadual da Serra do Mar, um parque criado na década de 70, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, criada justamente em razão do elevado valor ambiental que a região tem. É uma área também natural tombada pelo Condephaat, nos anos 80, dada o valor e a excepcionalidade do sítio e da paisagem do local. E, além disso, mais recentemente, já nos anos, aqui, 2011, houve a criação, a declaração, na verdade, de uma terra indígena, que é a terra indígena Tenodé-Porã, que faz uma terra indígena bastante abrangente, que envolve partes dos municípios aqui de São Bernardo, São Paulo, até a Baixada Santista, lá no município de Itanhaém. Então, esse conjunto de aspectos foi considerado pelas equipes de meio ambiente e de engenharia envolvidas no projeto, e são fatores fundamentais na concepção do projeto. Então, são premissas ambientais do projeto evitar ao máximo o impacto ambiental dentro da Serra do Mar, considerando as fragilidades que ocorrem, a questão da terra indígena também como importante condicionante da localização do traçado, de modo que o traçado proposto não interfere com o território indígena que foi declarado, mas nós temos que, necessariamente, atender às demandas do tráfego de veículos comerciais. Para isso, o conceito foi uma rodovia classe zero, que não permite acessos lindeiros, é uma rodovia fechada, que só vai interligar com outras duas rodovias. E, no caso, é a própria rodovia Imigrantes, aqui no Planalto, ali próximo do Poço da Polícia, e, depois, lá na Baixada, na rodovia Cônego Domênico Rangoni. E foram escolhidos esses locais por conta da melhor distribuição e atendimento do tráfego do ponto de vista interregional. Será uma rodovia de classe zero, com declividade da ordem de 4%, portanto, com uma rampa mais suave que a pista descendente. Aqui é a segunda pista da rodovia dos imigrantes, duas faixas de rolamento, acostamento e, predominantemente, uma rodovia subterrânea, justamente como estratégia para reduzir ao máximo a intervenção na superfície, reduzindo significativamente a intervenção sobre a cobertura vegetal, sobre os terrenos de elevada fragilidade ambiental, que caracterizam essa escarpa, terrenos de alta inclinação, alta declividade, com manto de alteração das rochas e do solo muito espesso, portanto, muito frágil. E, nesse sentido, toda a engenharia, toda a concepção de projeto foi feita nesse sentido. Foram estudadas diferentes, um amplo conjunto de alternativas de traçado, alternativas locais de traçado e alternativas técnicas, alternativas de execução do projeto, tendo como resultado a escolha de um corredor de traçado que percorre a escarpa da Serra do Mar, saindo da rodovia Imigrantes, lá no Planalto, próximo ali da interligação

Planalto e chegando lá na Cônego Domênico Rangoni. Por que chega na Cônego Domênico Rangoni nesse local? Porque é um local que fica a distâncias equivalentes, tanto da margem direita como da margem esquerda do Porto de Santos, privilegiando tanto a operação atual do Porto de Santos, mas também as possibilidades futuras de expansão do Porto. Então é um local estratégico e que há espaço para a locação do novo dispositivo, do novo trevo entre as duas ligações. Foram 19 alternativas estudadas, entre alternativas técnicas e locacionais, um grupo menor de alternativas foi selecionado e foi refinado esse traçado, que resulta nesse traçado que está aqui representado na tela. Todos os trechos em azul, em ciano, são trechos subterrâneos, os únicos trechos em superfície são os pequenos trechos destacados aqui na tela, que estão na cor amarela ou laranja, de modo que as intervenções em superfície serão somente essas que estão demonstradas. São intervenções muito pontuais, o conceito do projeto é uma concepção que privilegiou o desenvolvimento do traçado pelo maciço rochoso e, ao mesmo tempo, colocar os emboques, as entradas, as bocas dos túneis, nas proximidades da estrada de serviço existente. Isso é estratégico, porque isso vai reduzir significativamente a necessidade de abertura de acessos superficiais. A gente sabe que um tipo de relevo desse, um problema muito comum de impacto na construção de uma rodovia dessa, seria a abertura de caminhos de serviço para chegar nos emboques dos túneis. Aqui a nossa realidade vai ser diferente, porque justamente o traçado concebido, selecionado, privilegia a proximidade desses emboques e o aproveitamento da estrada de serviço que existe hoje foi construída para apoiar a construção da primeira pista da rodovia dos Imigrantes, serviu para a construção da segunda pista da rodovia dos Imigrantes e vai servir agora, também poderá servir agora para a terceira pista dos Imigrantes, da rodovia dos Imigrantes. Outro aspecto fundamental é que todas essas alternativas e esse traçado selecionado privilegiou que essas intervenções em superfície ocorressem fora da zona primitiva do Parque Estadual da Serra do Mar. Então, é um detalhe, uma camada a mais de restrição, de fator condicionante do traçado que foi considerado. Então, os emboques, que são as áreas de maior impacto efetivamente do projeto, estão situadas fora da zona primitiva. Mesmo aproveitando, locando esses espaços de emboques de túneis próximos da estrada de serviço, representada aqui em amarela, tem situações em que os acessos ao interior dos túneis, para melhorar a capacidade e o cronograma de execução dos longos túneis que foram colocados, serão feitos também por via subterrânea. Então, nem para o acesso ao interior dos túneis, para a abertura de duas frentes simultâneas de serviço, esse acesso vai ser superficial. Ele vai ser, predominantemente, por meio de outros túneis de serviço que servirão para a construção e depois para a operação como saídas de emergência. Os canteiros de obra ao longo de todo o projeto também serão implantados em zonas que já foram modificadas ou utilizadas como canteiros de obras durante a construção da segunda pista. Um perfil geral topográfico do projeto, representando e ilustrando esse forte desnível da ordem de 700 metros entre o Planalto e a Baixada, está mostrado nessa foto. São cinco túneis resultantes para fazer essa travessia. A Serra do Mar, por mais que seja uma escarpa, ela é irregular, esse contorno, ela é o que a gente chama de uma escarpa festonada, com várias drenagens, drenando, entalhando cursos de água ao longo dessa escarpa, então, nós temos vales ao longo do traçado, ao longo da escarpa, que são atravessados. Isso permitiu uma configuração de um projeto com cinco túneis em extensões adequadas, são túneis extensos, mas não são túneis demasiadamente extensos, que vão exigir, por exemplo, sistemas específicos de esgotamento ou de abertura de saídas de ar, o que complicaria e demandaria um maior impacto ao projeto. Então, são cinco túneis, sendo o túnel 4 o maior deles, com seis quilômetros de extensão e com altas coberturas. A gente tem uma cobertura, um desnível, um teto entre o túnel e a superfície chegando da ordem superior a 470 metros, no caso do

túnel 4, a 368 e outros com coberturas menores, mas sempre coberturas muito seguras. Essa é a configuração da seção da rodovia. É uma rodovia projetada com um túnel principal, que é o túnel que vai efetivamente permitir o escoamento dos veículos comerciais, caminhões e ônibus com segurança, mas também veículos particulares, veículos pequenos, sempre com acostamento, são duas faixas de rolamento, dentro dos túneis com a calçada, via de pedestre para situações de emergência, e um túnel lateral ao longo de todos os túneis, dos cinco túneis, sempre um túnel lateral, que é um túnel de serviço, que vai ser utilizado para situações de emergência. Então, é um túnel também dimensionado para o tráfego de veículos de emergência. Além disso, são os trechos em superfície, que basicamente são pontes e viadutos atravessando esses vales. A movimentação de terra, a terraplanagem, nesse relevo, nessa situação, ela é muito limitada, concentrada no Planalto, em áreas mais planas e também na Baixada. Então, a movimentação de terra em superfície vai ser muito pequena, dada o contexto geral do projeto. Aqui as áreas de bota-fora, ou de depósitos de materiais excedentes, que estão previstas para atender à demanda de 4 milhões de volumes de rochas de escavação, que vão ser alocadas e depositadas permanentemente. São prioritariamente áreas já caracterizadas por elevado nível de antropização, áreas de exploração mineral. Aqui entra um pouco já no diagnóstico, nós temos aqui um pouco da caracterização do que é a Serra do Mar, uma escarpa, uma área com um relevo muito abrupto, entre os dois compartimentos do relevo paulista, recoberta toda por cobertura vegetal, pertencente ao bioma da Mata Atlântica. Foi o Estudo de Impacto Ambiental que se apoiou também em campanhas de sondagens, levantamentos que foram feitos também para o projeto, outros levantamentos de campo, caracterização dos recursos hídricos, esses cursos d'água que nascem no Planalto e descem pela serra são muito relevantes, alguns deles servem, inclusive, para o abastecimento público da Baixada Santista. Do ponto de vista da biodiversidade, foram feitas campanhas, levantamentos de fauna, de acordo com as orientações do Termo de Referência da CETESB, mas também seguindo orientações e demandas da própria Fundação Florestal, que é a gestora do parque e também desenvolve atividades de pesquisa dentro do parque. Então, os estudos confirmaram, na verdade, o que já era esperado, que há uma elevada biodiversidade abrigada, suportada por esse ambiente que é preservado. São espécies, embora relevantes, algumas inclusive com diferentes níveis de ameaça, mas são espécies de ampla distribuição no bioma e aqui no estado de São Paulo. E, na flora, as áreas feitas, caracterização toda também com levantamentos florísticos e de inventários em detalhe, também confirmaram o elevado nível de biodiversidade, mais de 400 espécies, e o elevado nível de preservação e conservação desses habitats. Do ponto de vista socioeconômico, diferentemente de muitas das rodovias que a gente trabalha no licenciamento, nós não temos áreas urbanas, lindeiras ou interceptadas por esse traçado. Basicamente, o traçado está na escarpa, uma área não ocupada pela ocupação urbana, uma área dentro da Unidade de Conservação prioritariamente, com 80% desse traçado, dos 21 quilômetros em túnel, em subsuperfície. Então, nós temos, do ponto de vista socioeconômico, alguns elementos que são necessários colocar, que é a ocupação que existe em Cubatão. Essa ocupação, basicamente, está do lado da rodovia Anchieta, numa região em que o traçado vai atravessar por meio de túneis. O túnel 4, então, a uma distância, basicamente, de 1 quilômetro a 800 metros entre esses bairros, de modo que não haverá afetação nenhuma de população, não haverá necessidade nenhuma de realocação de população por conta da implantação do empreendimento. E ainda no componente antrópico temos a questão da terra indígena, que também está distante, está do outro lado, aqui, lá do traçado, sem qualquer sobreposição com o projeto. Aspecto também muito importante é o patrimônio histórico-cultural. A área da Serra do Mar é uma área natural tombada. A própria concepção do projeto

vai no sentido de reduzir ao máximo a intervenção na paisagem. Essa rodovia não vai ser vista lá da Baixada, ela só vai ser vista, os elementos da nova rodovia, da nova pista, pela própria rodovia Imigrantes, quando chega perto, próximo dos emboques, porque estão próximos da estrada de serviço, no mais, dificilmente a pessoa circulando aqui pela região vai visualizar a estrada. Mas há outros elementos do ponto de vista histórico, a própria calçada do Lorena, uma via, a primeira via, vamos dizer assim, de transposição da Serra do Mar construída pelos colonizadores, é uma via que está preservada, tombada pelo patrimônio histórico federal, pelo IPHAN e pelo Patrimônio Histórico Estadual, nós identificamos um trecho desconhecido da calçada do Lorena, o chamado trecho D, que está fora da área que foi recuperada e restaurada, e há também os monumentos tombados ao longo da estrada do caminho do mar. Nenhum desses elementos sofrerá afetação direta pelo empreendimento. Todos estão situados em zonas em que o projeto atravessa com túneis da ordem, com uma cobertura da ordem de 300 metros de profundidade. E temos também, aqui já ocorreram, inclusive, as anuências dos próprios órgãos de proteção do patrimônio após o trabalho que foi feito e os relatórios apresentados, tanto no Condephaat como no IPHAN. Bem, isso é uma síntese geral do diagnóstico. Eu entro agora um pouco, também resumidamente, na avaliação ambiental, que consistiu no cruzamento das informações de projeto, da execução da obra, da operação do empreendimento, com esses componentes ambientais que foram caracterizados pelo estudo. Isso resultou na identificação dos impactos, um conjunto da ordem de 49 impactos potenciais, são impactos que podem ocorrer pela implantação e operação do empreendimento. Alguns certamente ocorrerão, são impactos conhecidos, típicos, inerentes a qualquer obra rodoviária, e para mitigar, prevenir, fazer a prevenção, a mitigação, o controle, a compensação desses impactos potenciais, o estudo propôs um conjunto de 22 programas que organizam uma série de medidas, dezenas, centenas de medidas que deverão ser aplicadas pelo empreendedor e pelas construtoras. Vou destacar alguns aspectos mais relevantes dentro do meio físico, depois no meio biótico e no meio socioeconômico. No meio físico, dada a questão da fragilidade do terreno, das condições geográficas que a gente descreveu no estudo, e eu comentei rapidamente aqui, considerando que se trata de uma obra rodoviária, que envolve escavações, movimentação de terra, nós temos principalmente a questão da geração potencial de processos erosivos, de processos que nós chamamos de dinâmica superficial. Ou seja, estabilizar o terreno, gerar erosão, essa erosão, esse solo, vai ser carregado e pode chegar aos cursos d'água. São impactos adversos, são impactos que podem ocorrer e normalmente ocorrem em diferentes intensidades, e afetando, inclusive, a qualidade da água nos recursos dos córregos e rios que estão ali a jusante da obra. Para isso, tem que se fazer necessariamente um amplo programa de controle de erosão, de controle das atividades construtivas, com adequação dos procedimentos construtivos dentro da Serra do Mar. Isso foi feito com êxito pela própria concessionária Ecovias durante a construção da segunda pista. Quando a gente olha fotos da construção da segunda pista e compara com as primeiras obras rodoviárias nessa região, é absurdamente diferente, eu vou mostrar um pouco para vocês como isso vai ser feito, mas sempre com intervenções muito pontuais, controles sistemáticos por parte do empreendedor junto às construtoras, no sentido de reduzir ao máximo a área de intervenção e fazer todos os controles e contenções que são necessários para reter ao máximo os sedimentos, os solos, os materiais transportados dentro da própria frente de obra e com as devidas contenções mesmo abaixo. Então, por exemplo, os trechos em superfície, que são de viadutos ou os emboques dos túneis, nós temos situações como a que estão representadas aqui, são fotos da segunda pista da rodovia dos imigrantes, e que se faz um viaduto ou uma ponte extensa com elevada altura, com a mínima intervenção na paisagem, na redução, na remoção da cobertura vegetal. É feito todo um

trabalho utilizando equipamentos, com uma mão de obra também já capacitada e treinada, no sentido de evitar ao máximo a remoção da cobertura vegetal, que vai ser removida fatalmente para a preparação do emboque dos túneis, que é o que está mostrado na foto à direita, com a mínima também intervenção, controle dentro dos limites autorizados, e com as contenções e proteções laterais para permitir que esse solo, que esse material, eventualmente carregado, fique restrito às obras. Uma questão muito comum, e é um ponto central da preocupação da equipe de projeto e da equipe ambiental, foi a questão das águas que ocorrem dentro do maciço rochoso. Para quem não sabe, na medida que você vai escavando esse maciço, há uma série de fraturas dentro da rocha, e a água vai penetrando por essas fraturas, e na hora que você faz a escavação, essa água começa a aflorar, ela tem que ser retirada do túnel, tratada, porque sempre vem, ou muitas das vezes vem com alguma carga de sedimentos, do próprio trabalho de escavação do túnel, com resíduos da própria concretagem, da proteção do selamento das fraturas, então isso tem que ser levado para estações de tratamento de água de infiltração, Essa água, após o tratamento, retorna para o interior do túnel para ser utilizada na própria construção, no resfriamento dos equipamentos da escavação e o excedente para ser lançado no corpo d'água após o tratamento. Não são influentes, é a água natural que vem do maciço rochoso. Dentro da cobertura vegetal e da fauna, nós também temos alguns impactos que sempre ocorrem. Então, nós temos a questão da redução da cobertura vegetal, o empreendimento tem 21 quilômetros, 650 metros, mas a afetação de cobertura vegetal, como eu disse, ocorre basicamente nos emboques dos túneis. Então, nós temos uma área afetada dentro do parque da Serra do Mar, de 35 hectares, e no parque do Perequê, que é um parque municipal lá de Cubatão, de 3,9 hectares. Dada a extensão do projeto, é uma área considerada pequena, de pequena magnitude, de pequena extensão, na verdade, em razão ao porte do projeto. Então, a área de intervenção é superior a 70, 60 hectares, mas nem toda essa área de intervenção está ocupada por vegetação. Esse impacto é um impacto inerente a uma obra rodoviária, exige essa substituição do uso do solo, que vai implicar, além dos controles devidos para fazer que tudo ocorra dentro da melhor forma possível, menor impacto, o resgate e salvamento de germoplasma do material genético ao longo da construção, mas também a compensação ambiental, que nessa região, nos municípios aqui, é da ordem de seis vezes a área suprimida. Há outras áreas também, e aqui a gente gostaria de evidenciar o tipo de área de apoio que vai ser utilizada, são áreas que foram utilizadas na construção da segunda pista, por exemplo, e que poucos anos depois, em menos de dez anos, já havia uma recuperação. Então, a capacidade, apesar de toda a fragilidade que eu mencionei, é uma área também muito favorável à regeneração da cobertura vegetal, dado o banco de sementes e de estoque genético que temos do lado. Do ponto de vista da fauna, todo um programa sistemático de resgate, afugentamento de fauna, de salvamento de fauna, tratamento de animais eventualmente acidentados ao longo de toda a construção. E, do ponto de vista do meio socioeconômico, nós temos basicamente benefícios do empreendimento para a logística regional, para o transporte, reduzindo os tempos de viagem, que hoje são muito extensos, tendem a ser muito extensos na rodovia Anchieta, reduzindo acidentes, melhorando as condições de tráfego no SAI, com impacto regional do ponto de vista econômico, dada a melhoria dos acessos ao polo industrial de Cubatão, a Baixada Santista como um todo, especialmente ao Porto de Santos, que foi o tema, um ponto central da demanda do Estado de São Paulo. Além disso, a geração de empregos, a elevação do nível de serviço. Há uma questão local também muito relevante pelo fato de que a rodovia Anchieta, do jeito que ela está hoje, com todo esse tráfego de veículos pesados, congestionamentos, principalmente quando ocorre algum acidente, essa é a rodovia que a população de Cubatão usa, inclusive para os seus deslocamentos intra-

urbanos. Toda aquela região que está ali nos bairros Cota, ela acessa a cidade de Cubatão, a área central de Cubatão, por meio da rodovia Anchieta. Então, temos uma situação que hoje essas pessoas têm uma grande dificuldade, sobretudo nos horários de pico, para retornar para casa, porque dependem também da rodovia Anchieta. E dos impactos negativos, basicamente, são impactos temporários relacionados a algumas atividades de lazer executadas na região, na região do parque. A estrada, o caminho do mar, não é afetada, todas as atividades turísticas ali realizadas não serão afetadas. Do ponto de vista dos programas, são 22 programas propostos, organizados aqui com esse conjunto amplo de medidas. O parecer da CETESB solicita a inclusão de outros subprogramas e programas ambientais. Esses programas ambientais estão organizados de forma a reunir programas de caráter gerencial, que vão gerenciar os programas, fazer os relacionamentos institucionais necessários, a comunicação social com as partes interessadas, a gestão e qualificação da mão de obra, programas específicos que serão executados pelas construtoras e devem ser fiscalizados pelo empreendedor, que envolvem, desde o resgate, o afugentamento da fauna, o salvamento de germoplasma, o salvamento de eventuais materiais arqueológicos que ocorrem durante a obra, gestão das áreas contaminadas, todo o cadastro já foi feito de áreas contaminadas, será detalhado na fase seguinte do licenciamento ambiental. Programas de monitoramento ambiental que seguem, iniciam durante a obra, até antes da obra se faz a primeira linha base e segue durante a construção e avança nos primeiros anos da operação. A compensação ambiental financeira, com investimentos que devem ser feitos por meio de desembolso do empreendedor e também a legislação estadual de reposição florestal, como eu disse, com fatores de compensação da ordem de seis vezes. São programas ambientais propostos, seguem também durante a operação. Considerando esses aspectos que a gente colocou, os impactos identificados são impactos típicos de obras rodoviárias, logicamente condizentes aqui com o ambiente que nós estamos trabalhando, mas muito do que foi feito nessa fase de planejamento, de concepção do traçado, muitos dos impactos inerentes e típicos de obras rodoviárias foram evitados. A magnitude dos impactos potenciais que podem ocorrer do jeito que está sendo colocado aqui, ela é muito inferior a uma obra rodoviária convencional. O Estado de São Paulo, a CETESB e a Engenharia de São Paulo e do Brasil têm ampla experiência nessa execução de obras desse tipo, como é evidenciado pela própria segunda pista da Imigrantes, pela recente implantação do trecho Serra da Rodovia dos Tamoios. Nesse panorama, os benefícios do projeto são superiores aos impactos potenciais que podem ocorrer. Então, entendemos e estamos de acordo com o parecer, o parecer da CETESB é um parecer extenso, ele identifica e coloca, melhor dizendo, estabelece 87 condicionantes, que evidencia o rigor técnico com que a análise foi feita. Era isso que eu tinha para apresentar em termos de apresentação. Eu tenho um vídeo de três minutos, eu sei que eu passei três minutos do tempo, mas se eu pudesse, peço autorização para expor esse vídeo, é um vídeo interessante que ele supre algumas lacunas de coisas que, eventualmente, eu não falei sobre o projeto, mas, principalmente, ele permite uma visualização 3D, vamos dizer assim.

**02:26:51 Naiana Lanza:** Sem problemas, Marlon, acho que vai ser bem-vindo o vídeo. Por favor. Será que vai conseguir resolver aí o som, Nicolas? Pessoal que está online, a gente está com um probleminha técnico aqui no som, mas já está dando para ver a imagem.

**02:28:23 Marlon Rocha:** Bem, gente, infelizmente está sem som, mas o áudio é também bastante ilustrativo, mostrando aqui os túneis, com faixa de rolamento, as duas faixas, o acostamento, as vias de pedestre. Aqui uma visualização geral de como isso fica no relevo,

os trechos em superfície. No vídeo anterior, aqui acho que é mais a questão de segurança. Ao longo, a cada 250 metros, nós temos baias de estacionamento para situações de emergência. Acho que são 250 metros. E depois, a cada 500 metros, nós temos interligações entre o túnel principal e o túnel de serviço. Aqui a questão lá dos emboques, para vocês verem que, de fato, é uma situação, é uma intervenção bem pontual. As áreas, a estrada de serviço fundamental nesse trecho até a rodovia Anchieta, ela é o fator determinante para a localização desses emboques e para o próprio desenvolvimento do traçado. Outras alternativas na região têm a desvantagem fundamental de não ter essa via de acesso. Sem a via de acesso haveria muita intervenção em superfície. Aqui, o maior túnel rodoviário do Brasil será esse túnel, com a implantação, é o túnel 4. A região ali do polo de Cubatão, a rodovia chega lá na Cônego Domênico Rangoni, ali na região da Braskem, para quem conhece. A região ali do Rio das Pedras é atravessada ali, a montante da refinaria da Petrobras, também com predominantemente em túnel e um acesso em superfície. E esse ponto de ligação, como está mostrando essa imagem, o vídeo fala justamente isso, ele está em um ponto equidistante das duas margens do porto. Não tem como priorizar o acesso à margem direita, porque é uma margem já muito saturada, já muito ocupada, e as tendências de possível expansão do porto estão do outro lado, do lado do Guarujá. Infelizmente, o vídeo não foi... A gente não conseguiu expor aqui com o áudio, mas ele está também no YouTube, que, para quem tiver curiosidade, pode fazer uma busca e observar. Era isso, muito obrigado pela atenção e desculpa ter ultrapassado o tempo mais uma vez.

**02:30:58 Naiana Lanza:** Imagina, agradeço a apresentação, Marlon. Agora nós passamos, então, às manifestações dos conselheiros. Quem gostaria de fazer comentários? Então, vamos lá. Missaka, Paulo Nelson, Leduc, Henrique., Nalon. Online, temos alguém que gostaria de fazer algum comentário? Por enquanto, ninguém com a mão levantada. Então, a gente vai iniciar aqui no plenário. Então, por favor, Missaka, pode iniciar.

**02:31:47 Eduardo Yoshikuni Missaka:** Parabéns pela apresentação, Marlon. Espero, até que pela magnitude do desafio, vocês tenham feito estudos de várias alternativas de execução. Como aqui hoje vocês mostraram, optaram pela execução em túneis, o número que você me passou aí eram 4 milhões de metros cúbicos de escavação em rocha. Vocês estudaram o possível reaproveitamento desse material, ou seja, uma rebrita para a utilização na execução do pavimento da rodovia? Essa é a minha questão nesse aspecto. Eu não escutei a estimativa de custo desse empreendimento também. Não sei se você chegou a colocar aqui, e algumas outras alternativas. Ao invés de túnel, fazerem viadutos pré-moldados, se existe esse estudo também. Então, basicamente, são essas questões.

**02:32:52 Naiana Lanza:** Obrigada, Missaka. Eu vou passar para todo mundo, depois você responde. Pode ser, Marlon? Na sequência, então, Paulo Nelson, por favor.

**02:33:04 Paulo Nelson do Rego:** Marlon, parabéns pela apresentação. É sempre importante, numa obra dessa magnitude, um debate que eu acho que só vem acrescentar. Nossa ideia aqui não é só ficar apontando o dedo para o empreendimento, mas trazer uma reflexão sobre o empreendimento. Então, uma primeira coisa que me chamou a atenção é a não apresentação de outras alternativas não locais da obra, mas dos outros empreendimentos de transporte, de que volume nós estamos tratando de transporte de carga. É um impacto significativo, e quando você faz o impacto dessa magnitude, nós temos que otimizar ao máximo aquilo que está sendo objeto da intervenção. E, nesse sentido, eu já trago

um primeiro questionamento, que é um questionamento que nós fizemos lá no contorno de São Sebastião, que foi feito um contorno com uma pista só no trecho entre São Sebastião e Caraguatatuba, que é um verdadeiro absurdo. Pior que fez uma pista só, acho que poderia ser um problema de tráfego na época, mas não se previu a possibilidade de expansão da pista. Então, os viadutos que foram feitos, foram feitos sem a possibilidade de um crescimento futuro. Quer dizer, jogar dinheiro público pelo ralo. Mas não é desse projeto que nós estamos tratando, mas quando vejo que a pista terá só duas pistas, e não três, como são as demais pistas da Imigrantes, me causa espanto de não estar aproveitando esse problema, porque a gente sabe que o Porto de Santos tem um aumento de demanda de carga que vai impactar em todo o sistema viário. E aí a gente está falando, de repente, de um estrangulamento desse processo, apesar de todo esse investimento que o Estado está fazendo, de, às vezes, não estar aproveitando 100% aquilo que poderia estar sendo colocado, que é uma seção um pouquinho maior, já que nós estamos fazendo uma escavação, que poderia realmente estar trazendo um desafio futuro muito relevante. Uma outra questão que me causou um pouco de espanto na sua apresentação, foi falar em estágio inicial de vegetação na supressão dos lugares. Eu acho que ali, naquele ponto, por mais intervenção que aquela Serra do Mar já tenha tido, me causou muito espanto. Eu vi na apresentação, por isso que eu anotei aqui, fiquei até... Poxa vida, Serra do Mar, com estágio inicial, num case que é um dos maiores cases de recuperação socioambiental, que é justamente essa região que nós estamos vivendo, com todos os prêmios que estamos ganhando aí, com Cubatão tendo sido recuperado, falar ali de estágio inicial me causou um pouco de estranheza. Mas depois você pode me esclarecer isso. Bom, outra coisa que a gente teve ciência, quando foram escavados os túneis lá da Tamoios, no contorno, nós tivemos muitos problemas, justamente você até colocou aí, do tratamento da água que decorre da perfuração da serra. Mas nós tivemos lá algumas estruturas que elas se desfaziam e que foram problemas muito sérios, inclusive geraram, provavelmente, até alguns aditivos de contrato para poder tratar disso. E isso é uma recorrência da Serra do Mar. A gente sabe que esse maciço rochoso não é uniforme, ele tem momentos de rupturas que são momentos que a gente precisaria ter um pouco mais de esclarecimento como é que essas contenções seriam feitas, quais são as questões que poderiam estar sendo travadas no controle desse tipo de ocorrência. Então, assim, quando eu estava falando aqui do prazo, quer dizer, eu não vi nenhuma estimativa de quanto é o volume de tráfego esperado por essa rodovia e qual o tempo que é previsto de esgotamento em função do aumento de carga do Porto de Santos. São questões que nos causam uma necessidade de esclarecimentos mesmo. Outra questão, vocês estão prevendo o desemboque da rodovia na Cônego Rangoni. Isso vai efetivamente causar um impacto maior na própria Cônego Rangoni, que a gente sabe que já é uma rodovia extremamente estrangulada com a situação atual do porto, e vai ficar mais ainda, que nós vamos ter o aeroporto funcional. Então, quais são os impactos que estão nessas rodovias de desemboque, e como é que esse tráfego vai ser tratado? Nós estamos aumentando um fluxo para um determinado lugar, e esse fluxo, pelo menos, não me foi apresentado nenhum tipo de compensação ou ação mitigatória que deveria ser feita dentro desses dispositivos rodoviários que de lá decorrem. Outra questão é a previsão de um Comitê de Acompanhamento com a sociedade civil. Nós tivemos aí no Porto de Santos, pelo menos na previsão do EIA, a previsão de criação de uma Comissão de Acompanhamento das obras e das diretrizes, com participação da sociedade civil, com participação de membros do CONSEMA, que possam estar acompanhando os impactos dessa obra, e que possam trazer os elementos e uma discussão mais ampla para a sociedade civil estar acompanhando o processo como um todo. Outra questão que eu também senti falta é a possibilidade, uma

análise de outras matrizes de transporte que estão envolvidas de previsões, inclusive, do próprio Estado. Tem teleférico, tem aumento da ferrovia, tem uma série de outros impactos que eu acho que poderiam, pelo menos, ser apresentados, para que a gente tenha uma noção daquilo que a gente está tratando em volume de tráfego e aquilo que é objeto do que a rodovia está se propondo. Eu sei que ela não é a vara de condão para resolver todos os problemas, mas ela deve, sim, trazer essa análise um pouco mais explícita. E, por fim, até a questão dos custos. A gente não tem uma previsão de custo da rodovia e, portanto, não tem nem a previsão daquilo que será a compensação financeira desse empreendimento. Fica sempre aquela discussão, é 0,5% do valor estimado, e esse é um valor que acho que é uma discussão que, a par até do próprio projeto, merece nós pensarmos em uma forma de compensação mais efetiva para esse tipo de empreendimento. Nós estávamos aqui discutindo o Fina Clima, o Fina Clima precisa de dinheiro, precisa de dinheiro bom, de bons empreendimentos que possam estar trazendo essas questões, inclusive para a Câmara de Compensação e outros meios. E essa discussão, eu acho que é uma discussão muito importante de ser feita na análise do projeto. Obrigado.

**02:41:30 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Eu vou seguir aqui com os demais. Leduc, por favor.

**02:41:39 Eduardo Leduc:** Bom, excelente apresentação. Acho que o Paulo falou dois pontos que eu tinha, não vou repetir. E eu só pediria aqui a situação, talvez trazer em uma reunião também, a situação da outra duplicação, que é de Caraguá-Ubatuba. A gente já tem visto novas comunicações, o próprio governador Tarcísio, anunciando, mostrando traçados. Também está em uma fase, eu acredito, parecida, talvez não sei se está definida quem é a empresa que vai fazer, mas está em uma fase de estudos, traçado final, ainda sem o licenciamento ambiental, está em uma fase parecida. E essa, sim, afeta muito a comunidade local, porque passa em comunidades, passa em bairros muito consolidados. Então, seria muito importante a gente ter e falar a mesma linguagem para a região também, porque a gente é vendido lá, não sabe o que responder sobre esse impacto. Obrigado.

**02:42:42 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Henrique.

**02:42:47 Henrique Kefalás:** Bom, obrigado pela apresentação. Acho que o Paulo Nelson já trouxe vários dos pontos relevantes para serem tratados, respondidos. Então, acho que estou bem contemplado com alguns desses pontos, com esses pontos já trazidos por ele. Mas eu queria trazer uma reflexão um pouco mais ampliada para a nossa perspectiva aqui. Como a gente consegue, nessas grandes obras de infraestrutura que atendem ao interesse público e da sociedade como um todo, seja para a população que deseja ir e vir até o litoral paulista, mas também pensando na questão logística, do acesso a porto, etc., quando a gente trata desse tipo de iniciativa a gente consegue avançar em questões que custam caro para a sociedade como um todo também, que é dessa perspectiva da proteção das áreas naturalmente protegidas, então a gente está falando aqui de um dos grandes impactos associados a isso, a desafetação de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar, do parque municipal lá do Perequê. Todavia, quando a gente fala do asseguramento do direito ao território para povos e comunidades tradicionais, a gente entra num celeuma quando a gente fala da desafetação de áreas, que muitas vezes o estágio de vegetação é primário ou secundário, e aqui nós estamos falando de desafetação de áreas de floresta ombrófila densa, de áreas com um grande impacto ambiental. Então, acho que a reflexão que eu quero chamar

para a gente aqui, secretária, secretário Jônatas, é como é possível conceber uma perspectiva dessa de que, para uma grande obra de infraestrutura, a gente aceita e avança na perspectiva. Não vou nem entrar no mérito se isso é ajustado ou não, enfim, mas é o fato que está dado sobre essa construção da estrada para desafetar um parque. Mas, quando a gente fala do reconhecimento do direito de território tradicional, de povos e comunidades tradicionais, parece que a gente está cometendo o maior crime do mundo em dizer que vai desafetar uma área para ser atendida essa demanda secular dessas populações de acesso ao seu território. A gente já tratou desse assunto mais cedo hoje, quando a gente estava discutindo as áreas de realocação, por exemplo, para as comunidades caiçaras no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, e a gente enfrenta sempre esse debate de que é impossível desafetar uma pequena porção de território para se fazer valer, ou tentativas do Estado, inclusive, de recorrer judicialmente ao que a gente viveu, por exemplo, no âmbito do Petar, com a questão do Quilombo de Bombas. Então a gente está sempre buscando evitar esse processo quando ele é para garantir direitos constitucionalmente, internacionalmente definidos a essas populações, mas quando a gente lida com uma obra dessa monta, dessa envergadura, é uma discussão que passa assim: Tudo bem, aqui é um impacto que vai acontecer, mas vamos seguir adiante, é isso mesmo. Então eu queria chamar para essa reflexão, no sentido de... O que impede a gente assegurar esses direitos de povos e comunidades tradicionais? É de fato uma preocupação com a manutenção da biodiversidade ou uma perspectiva de que esses territórios não são prioridades na agenda pública do Estado e de reconhecimento mesmo do direito que essas populações têm aos seus territórios? Obrigado.

**02:46:23 Naiana Lanza:** Obrigada, Henrique. Na sequência, o conselheiro Crepaldi.

**02:46:27 Ricardo Crepaldi:** Marlon, parabéns pela bela apresentação, parabéns pela Ecovias, pelo projeto. Tem alguns pontos aqui, vamos lá, são três pontos. O primeiro é sobre a questão das águas, que você mesmo já colocou, quando se vai cortar o maciço, vai aparecer inúmeras dessas fissuras. Tem um encaminhamento de água que a gente vê na própria Serra do Mar, um monte de cachoeiras, é por isso que a gente tem essas cachoeiras na Serra do Mar. Então, o ponto é não no momento da obra, mas é o pós-obra. Após isso, após a obra pronta, entregue, finalizada, como que você vai colocar de volta esta água no curso que ela devia estar? Então a gente vai seccionar ela num ponto, óbvio, exatamente no túnel, na passagem do túnel, e aí a gente teria que devolver ela para a gente não ter nenhum impacto ambiental, e na qualidade das águas, que inicialmente durante o projeto está bem descrito por você. Mas eu estou falando de pós, depois que estiver funcionando. Outro ponto, são vários túneis, mas aí eu não vi nenhum, não foi colocado pelo menos aí na apresentação, como que a gente vai mitigar os acidentes que isso vai acontecer. Porque acontece nas rodovias, os caminhões nem sempre estão com manutenção adequada e às vezes num túnel de seis quilômetros ele vai ir para a parede para tentar segurar a velocidade dele. Eu não vi nada na apresentação sobre a questão para a gente mitigar isso. E, obviamente, com possíveis acidentes, que isso vai acontecer uma hora ou outra, a gente vai ter a questão dos resíduos, que a gente tem muitos caminhões com material perigoso. Então, como que a gente vai fazer? Então, como está previsto essas áreas de contenção para esse tipo de problema? E o último ponto, em conta de **padaria (02:48:33 ininteligível)**, a gente estaria fazendo uma área de compensação. Conta de **padaria**, a gente está falando mais ou menos uns 250 hectares de compensação, segundo o que a gente tem dentro da tua apresentação. Porque são seis vezes a área que você vai estar trabalhando. Então, onde vai ser feito isso? Onde

está previsto essa compensação desses 240, 250 hectares ou um pouco mais, devido ao cálculo correto disso? Então, esses são os três pontos de dúvida deste projeto. Obrigado.

**02:49:05 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro. Por fim, o conselheiro Nalon.

**02:49:18 Marco Nalon:** Marlon, obrigado pela excelente apresentação. Estava conversando com a Cris, que a gente acompanha desde os primórdios da carreira, as obras, se tiver a linha de evolução. Mas, para ser mais direto, eu vi todos os levantamentos que já fizeram de riscos envolvidos. E na questão de monitoramento, você apresentou vários, queria só deixar uma pergunta, uma provocação, pensando já na operação. Visto todo o recorte, apesar de não ser praticamente, não ter nada de superficial, a maior parte é túneis, mas é uma área que também não vou me aprofundar, senão o Jônatas vai falar que eu não sei nada de geologia, mas extremamente frágil. Ele tem uma movimentação natural que não deixa de haver esse risco. Se há, se não for, eu gostaria de sugerir um bom plano ou um sistema de monitoramento da operação, a questão do risco de operação. Eu digo isso porque nós temos algumas experiências já dentro do IPA de monitoramento de rodovia para essa parte de risco, para a parte de operação. Já fazendo assim um merchan, se não tem, a gente pode oferecer um para conversar, que é uma área realmente frágil.

**02:50:41 Naiana Lanza:** Bom, obrigada, conselheiros. Passo a palavra de novo à consultoria e ao empreendedor para os esclarecimentos e depois para a CETESB, se tiver alguma complementação.

**02:51:01 Naelson Cândido:** Bom, só dando respostas e podendo tentar esclarecer o máximo possível a todos os conselheiros que questionaram. Vou primeiro atender aqui a pergunta que o senhor Missaka fez, do CREA, em relação ao uso do material agregado máximo possível. Sim, conselheiro, foi utilizado o máximo possível. Eu acho que isso é uma natureza nossa de inovação e uma obrigação nossa, a utilização máxima é a reutilização desse material. Então, o uso de material agregado externo só está sendo considerado para o início da obra quando você não tem a esquivação efetiva e ainda você não tem o material que está disposto para uso. Mas, passando essa situação, a utilização é 100% na obra, seja na questão dos agregados, no pavimento, ou seja na questão também do concreto que vai ser utilizado nela. Então, o máximo possível vai ser utilizado dentro da obra. Respondendo o senhor conselheiro, o senhor Paulo Nelson, em relação a alguns quesitos, aqui eu elenquei alguns quesitos, eu acredito que o Marlon deve dar continuidade em alguns outros. Quando a gente fala na questão de tráfego, o número de faixas, que o senhor citou também, foi feito um estudo muito extensivo em relação, utilizando bases importantes para entender uma análise de tráfego permanente. Quando a gente fala de crescimento de tráfego, foi utilizado, além de toda a experiência do sistema Anchieta - Imigrantes, a experiência da própria concessionária, que está há mais de 25 anos fazendo gestão do sistema Anchieta - Imigrantes, foi utilizado em documentos muito importantes do Porto de Santos, para analisar exatamente as bases de crescimento. O PDZ, que é o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos, foi um parâmetro importante para que a gente fizesse as considerações seguintes, até para entender se a capacidade necessária estava sendo atendida ou não estava sendo atendida e o período de atendimento que estava com o projeto dessa natureza. Quando a gente fala também no número de pistas, foi estruturado da seguinte forma, como foi demonstrado aqui pelo Marlon, são duas faixas mais acostamento, mais o acostamento em si, ele também tem a função de faixa futura a ser autorizado,

analisado conforme a demanda de tráfego. Então, se você pegar o próprio projeto lá, ele demonstra a largura do acostamento, é a largura de uma faixa, e você também tem as áreas de escape que foram colocadas, a parte de parar de estacionamento, para que você, operando essa terceira faixa, você tenha a total segurança de poder parar e poder ter as questões de socorro e outras questões que a gente possa ter. Em relação ao senhor citou questões de valores da obra, demonstração de valores, acho que é importante citar aqui que o projeto ainda está em desenvolvimento dentro do prazo previsto pelo governo do Estado de São Paulo. É uma obra complexa, não é uma obra fácil de a gente colocar, que demanda principalmente muita expertise e experiência, seja do empreendedor, seja do grupo que está fazendo a parte de engenharia, seja da parte ambiental, porque é uma obra que nós estamos numa mata, eu acho que bem citada aqui pelo Marlon, uma área muito sensível, que o cuidado tem que ser muito extensível e a atenção tem que ser muito grande. Está sendo previsto aqui algo em torno de cinco anos para a execução dessa obra, tomando os devidos cuidados. Então, efetivamente, não tem o valor ainda divulgado, porque realmente o projeto executivo está em andamento para que a gente possa consolidar efetivamente os valores dessa obra. Passando aqui para o senhor Crepaldi, ele falou sobre a questão de segurança viária. Senhor Crepaldi, eu acho que a questão em relação à segurança viária foi tomada muito cuidado. Então, o primeiro atendimento a toda a normativa brasileira em relação às normas referidas. Eu acho que um cuidado aqui extenuante da nossa parte foi a questão de analisar a parte mecânica dos veículos que estão sendo envolvidos, foi feita uma simulação mecânica com veículos pesados no traçado para garantir exatamente que os veículos, numa condição de descida, e estamos falando de veículos pesados e ônibus, que eles tenham condição da temperatura média não chegar na temperatura máxima de frenagem desse veículo e ele possa recuperar a temperatura. Então, a preocupação sempre, nossa, e aqui colocada com apoio até do próprio professor Canalle, da USP de São Carlos, foram feitas simulações no traçado para que esse gabarito vertical, essa geometria vertical, tivesse condições de aumentar a segurança dos veículos nesse sentido. Então, quando você tem uma declividade um pouco maior, você tem condição de analisar qual a fadiga desse freio e dar tempo para que ele ganhe em temperatura e se regenere. Então, essa importante análise, além de todo o sistema de segurança viária, com barreiras, PMVs, todo o sistema de automatização que o túnel tem, foi tomado exatamente esse cuidado para que a gente possa garantir o máximo possível a segurança e o deslocamento dos veículos pesados. Importante também citar que a questão da geometria vertical está adequada hoje a veículos que hoje circulam na rodovia, diferente um pouquinho do que a gente viu na rodovia Anchieta, que é da década de quarenta, você tem raios adequados, isso transforma toda a circulação de veículos pesados muito mais seguro, atendendo as condicionantes, as normativas ambientais e segurança viária vigentes. Eu acho que da parte de engenharia são esses pontos. Passo a palavra aqui para o nosso amigo Marlon.

**02:56:21 Marlon Rocha:** Obrigado, Naelson. Bem, obrigado. Agradeço aos comentários, aos questionamentos. Vou tentar aqui também fazer uma resposta. Acho que o questionamento do conselheiro do CREA, o Nelson respondeu. Algumas questões levantadas pelo conselheiro Paulo Nelson, relativas, por exemplo, à questão da cobertura vegetal, estágio inicial. Na verdade, o projeto está... As áreas de intervenção em superfície estão, todas elas estão dentro do parque, localizadas na zona de recuperação, Não estão, como eu havia dito, colocado, não estão na zona primitiva ou na zona intangível, então estão nas áreas mais com a vegetação, embora de porte florestal tem um maior nível de perturbação. Mas elas estão no estágio médio inicial de regeneração, o que às vezes está na apresentação, está como

nos estágios iniciais. Embora haja também áreas de estágio avançado, pequenos setores com estágio avançado. Mas, no nosso inventário florestal, nós trabalhamos bastante com esse inventário, fazendo avaliações com parcelas em diferentes setores do parque, temos áreas de estágio avançado ou mesmo de matas primárias que ocorrem. Justamente por isso o projeto foi alocado às intervenções em superfície ao longo da estrada de serviço, justamente para evitar esse tipo de afetação nessas áreas de maior nível de preservação. Há algumas questões que você colocou, acho que o Nelson levantou em relação às faixas, às possibilidades de extensão, acho que também está colocado. Na rodovia Cônego Domênico Rangoni tem a questão do tráfego na Baixada Santista, não é, Nelson? Acho que talvez tenha faltado isso, mas há também um cronograma, um programa de investimentos complementares por parte do que está sendo discutido, planejado pelo governo do Estado, para justamente melhorar a integração da nova pista com o sistema rodoviário local e regional. Sobre as outras matrizes de transporte, como eu havia colocado, nós temos aqui essa rodovia, esse projeto é um projeto rodoviário, porque assim foi solicitado à concessionária um estudo, uma avaliação, um estudo de viabilidade para ampliação do sistema Anchieta - Imigrantes. Então, naturalmente, é uma rodovia. Mas eu sempre tenho falado nas minhas apresentações, nas reuniões que a gente tem participado, que há outros investimentos em curso liderados, seja pelo governo do Estado ou pelo governo federal. Então, do ponto de vista, hoje o porto tem acesso ferroviário, essas duas concessionárias acessam o porto. Recentemente houve uma série de investimentos, acho que há alguns anos ainda em andamento pela concessionária Rumo, a concessionária MRS também vem desenvolvendo, para resolver o gargalo de travessia da região metropolitana pelo programa Segregações, que ela vem desenvolvendo. Tudo isso, em conjunto, deve melhorar as condições e o acesso da logística ferroviária ao porto nos próximos anos. Além disso, o próprio governo do Estado tem desenvolvido estudos de viabilidade, que a gente sabe que está em andamento, dentro do modal ferroviário, mas voltado para os passageiros. Então, a gente não tem sua viabilidade demonstrada, mas isso está sendo estudado. O conselheiro Leduc e o conselheiro Henrique fizeram algumas considerações gerais, acho que nenhum questionamento em relação propriamente ao projeto. O conselheiro Crepaldi, sobre a questão dos fluxos de água dos túneis e também a questão dos produtos perigosos, dos acidentes. Importante destacar que o projeto, já nesse nível de detalhe, com o detalhamento da drenagem, está sendo colocado inicialmente previsto um total de 14 caixas de retenção de produtos perigosos ao longo do traçado. Não serão caixas somente a montante dos pontos de captação de água, que servem ao abastecimento público, tendo em vista se tratar de uma Unidade de Conservação, a importância da qualidade da água, desses cursos de água para a biodiversidade, esses dispositivos serão instalados em diversos pontos do traçado, somando 14 caixas de retenção de produtos perigosos. E são caixas adequadas, já uma normativa nova, são estruturas relevantes do ponto de vista da sua capacidade de contenção. Sobre a questão da água subterrânea, quer dizer, tem toda essa questão de fraturamento, isso a gente sabe pelo tipo da litologia que ali ocorre, isso vai ocorrer extensivamente, essas fraturas serão seladas, fechadas, o túnel será concretado, naturalmente isso vai percolando pelo maciço na cobertura do túnel e segue novamente a água naturalmente encontrando o caminho natural pela gravidade por essas fraturas. Eventualmente, um ou outro ponto de esgotamento mais permanente, mas não se espera grandes volumes e afetações, inclusive na drenagem superficial, porque, como a gente está colocando, as profundidades são muito efetivas. No mínimo, 70 metros, na média, nos túneis, no túnel 1, por exemplo, ali começa, na hora que emboca, você tem uma média de 70 metros, 30 e poucos metros de profundidade, mas numa área também com uma menor densidade de drenagem. E nos

demais são túneis realmente muito profundos. Sobre onde vai ser feita a compensação. Isso é na fase seguinte do licenciamento que se define. Então, quer dizer, nós temos aqui um quantitativo prévio de afetação, o projeto é detalhado, nós vamos apresentar, o empreendedor apresenta o plano básico ambiental e a solicitação de autorização da supressão vegetal, já com base em um projeto muito mais detalhado. Isso vai ser verificado, vai ter que, juntamente com o pedido de autorização para supressão vegetal, no momento oportuno vai ter que ser apresentada uma proposta da forma de compensação, da metodologia como isso vai ser compensado, e também as áreas. Então tem que se apresentar um projeto para que isso ocorra, mas, de fato, isso está sendo pensado, mas os locais, de fato, a gente ainda não consegue afirmar. Evidentemente, se tratando pelo fato que nós estamos dentro de uma importante Unidade de Conservação, que também tem problemas, tem demandas, tem carências de melhorias dentro do próprio PESH, com áreas, com manejo de espécies exóticas, áreas que têm que ser recuperadas, as oportunidades para compensação, para essa reposição, elas estão dadas. Eu acho que isso não vai ser um grande problema de a gente identificar isso e trabalhar conjuntamente com a própria Fundação Florestal e também lá com a Prefeitura de Cubatão e São Vicente. Aí o conselheiro Marco Aurélio Nalon também fez um comentário sobre a questão dos riscos. Durante a obra, a gente discutiu isso, vai ter que ser feito conjuntamente com as construtoras um protocolo de segurança, de gerenciamento de riscos, dada, inclusive, a questão da fragilidade, seja da fragilidade do terreno, mas a interação dessa fragilidade natural com o regime de precipitações. A Serra do Mar sofre um efeito orográfico, é uma região de grandes, elevadas precipitações, muito concentrada nos meses de verão. Então, a própria Ecovias já tem um protocolo dessa natureza para a operação, isso segue, normalmente, mas também agora para a fase de obras, e um sistema robusto de monitoramento. Acho que teve até um condicionante da própria CETESB, mas também sugestões que nós recebemos dos Comitês de Bacia, nesse sentido de aprimorar um sistema de gerenciamento de risco durante as obras. Então, acho que respondi tudo. Agradeço mais uma vez pela oportunidade. E fico também à disposição para outros esclarecimentos após a nossa reunião.

**03:04:42 Naiana Lanza:** Mayla, quer fazer comentários?

**03:04:44 Mayla Fukushima:** Eu gostaria de complementar alguns pontos, até para esclarecer. Lembrando que estamos na fase de viabilidade ambiental de um projeto, então, tem uma série de detalhamentos, tanto do projeto de engenharia que a CETESB pediu, exatamente para mitigar, a gente viu o esforço da empresa para mitigar os impactos, mas é na fase de engenharia, na fase de projeto executivo, que a CETESB pede mais um detalhamento para ajustar o projeto, para mitigar ainda mais os impactos, principalmente em áreas tão sensíveis como a Serra do Mar e o Parque Estadual da Serra do Mar. Então, em relação, Paulo Nelson, à questão da compensação ambiental, com o projeto executivo, então, você vai ter, de fato, o valor do empreendimento e, depois, a CETESB, conforme procedimento, junto com a Câmara de Compensação, a gente vê a proposta que vai ser apresentada pela concessionária, é feita uma memória de cálculo, seguindo os parâmetros do Decreto Federal. Lembrando que o Decreto Federal, agora, ele estipula um teto de até 0,5% do valor do empreendimento. Então, esse cálculo vai ser feito na fase de Licença de Instalação, com base no valor real do projeto, o valor ajustado do projeto, e esse cálculo que é feito considerando os índices do decreto, e daí, isso vai ser discutido na fase de LI, onde vai ser, então, firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, é feito o depósito na fase de LI, e, sem isso, a gente não consegue caminhar, a gente não pode emitir

a LI sem isso. Em relação, Crepaldi, a questão de acidentes rodoviários, só lembrando que todos esses pontos, essas caixas de contenção, elas são analisadas e aprovadas pela equipe de emergência da CETESB. Então, a equipe analisa todos os projetos e, depois de implantados, eles também acompanham os testes de estanqueidade dessas caixas. Então, esse projeto tem que considerar a fragilidade da área, não só as captações, mas a área do próprio parque, para avaliar os melhores pontos para a implantação das caixas e também que viabilize a chegada das equipes no menor tempo possível. Então, vai se ver a localização e dimensionamento dessas caixas. Depois disso, a equipe verifica a implantação e são feitos testes com a concessionária, o pessoal do parque e o pessoal da CETESB para acompanhar se a caixa, a funcionalidade da caixa ou se precisa fazer alguma adaptação. Além das caixas, também a CETESB vai aprovar o PAE e o PGR, o Plano de Ação de Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco. Compensação florestal, então, só complementando o que a concessionária falou, no Estado de São Paulo, a gente segue, para a compensação florestal, a resolução SEMIL, de 2 de 24, que fez uma revisão dos fatores de compensação. Então, a CETESB tem que seguir essa regra. Além disso, lembrando que as intervenções que são na vertente do litoral, elas têm que ser compensadas, de acordo com o decreto 5.300, elas têm que ser compensadas na região. E também, só reiterando, o pessoal da Fundação Florestal também exigiu isso, essa compensação florestal, na área da Unidade de Conservação. Então, até agradeço também a colaboração da Fundação Florestal, foi uma discussão muito boa que a gente teve durante o processo de licenciamento. Então, as equipes trabalharam muito bem juntas, principalmente em relação à questão de fauna, flora e fauna. E, Nalon, as contribuições são bem-vindas. Obrigada.

**03:09:05 Naiana Lanza:** Secretária, quer comentar?

**03:09:07 Natália Resende:** Bem rapidamente, primeiro, parabéns pela apresentação. Uma obra muito importante, fundamental, acho que muito discutida. E, claro, tem que ter toda essa responsabilidade ambiental que a gente está debatendo aqui. E, nesse sentido, parabéns também à equipe da CETESB. Uma competência muito grande, que a gente tem muito orgulho, também da Fundação Florestal. E eu acho que os pontos mais específicos já falaram, só para poder ir nos que vocês falaram de forma mais geral. Caraguá e Ubatuba não estão na mesma fase. Então, nessa fase aqui, claro, sempre que tiver, a gente sempre atualiza também, traz aqui para o CONSEMA, mas não está nessa mesma fase, só para te responder. Tem, acho que, discussões, mas não tem um processo nesse estágio, como tem esse que a gente está trazendo aqui, e sempre que tiver uma atualização, a gente traz para o CONSEMA. Eu sei que tiveram vídeos mostrando, do governador, enfim, mas aqui, do ponto de vista ambiental, técnico, a gente vai sempre, claro, seguir todos os processos e informar aqui para o CONSEMA. Mas só para poder dar o status. O Henrique falou em relação a comunidades tradicionais e comunidades indígenas também, acho que é importante a gente frisar novamente a prioridade, que isso é para o Estado de São Paulo. E acho que, mais que falar, é importante trazer alguns fatos, que eu acho que os fatos representam muito mais. Então, acho que, por exemplo, tanto a questão das comunidades, quanto também da proteção e da afetação, vou falar. Você falou um pouquinho de desafetação aqui no projeto, acho que desde a década de 70 eu ouço falar, por exemplo, da criação do Parque Morro Grande. Nós criamos, então, acho que isso também é um pouco representativo, não só isso. Estou trazendo aqui de exemplo do tanto que a gente, sim, quer fazer um desenvolvimento sustentável, como esse, obras que vão melhorar muito a questão de acidentes, de qualidade de vida, olhando a preservação, a recuperação, cada qual na sua especificidade, nas suas regiões, como é o

caso do Parque Morro Grande, em relação a... Já falei da questão das restaurações, acordos que eu acho que a gente fez, que foram muito simbólicos e muito históricos, como no Quilombo da Fazenda, como lá no Pico do Jaraguá, o próprio acesso à Bombas, 250 anos que o pessoal não tinha, a gente reuniu todo mundo, vamos acabar esse ano. PSA Guardiões da Floresta, que a gente começou com 600 mil, a gente está com 2,5 milhões ali, junto com as comunidades, elas mesmas fazendo as disciplinas junto com a Fundação Florestal. Nós criamos uma rubrica específica para isso no nosso orçamento. Então, acho que isso mostra... E foi uma coisa que a gente combinou lá na Ilha do Cardoso, em janeiro de 2023, que foi o primeiro lugar que eu fui quando eu cheguei aqui. Então, só para mostrar um pouco de que sim, é prioridade, mais do que falar a gente faz, que eu acho que é o mais importante, sem prejuízo de todas as discussões que a gente está tendo, que a gente quer evoluir, que a gente quer avançar e junto com vocês. Na parte de logística, a gente viu aqui um empreendimento específico, que eu acho que vocês já tiraram as dúvidas, já levantaram aqui os pontos, está em uma fase preliminar, como a Mayla falou, ainda tem a Licença de Instalação. De qualquer forma, é importante a gente ressaltar, já que vocês comentaram de outros projetos, que, desde que a gente começou a fazer o nosso PPA, Plano Plurianual, a gente tem uma preocupação muito grande em relação à multimodalidade. Nunca o Estado de São Paulo teve um PPA em que se olhou a multimodalidade em um programa, que foi o que a gente fez aqui. Para quê? Olhar infraestruturas de rede, os seus nós, que a gente fala, que são os portos e as infraestruturas que se conectam. E isso a gente está falando exatamente para melhorar os gargalos logísticos, olhando a hidrovía, que a gente acaba esse ano, uma obra que é histórica também, que é de Nova Avanhandava. Isso, quando a gente fala dessa nova estrutura e fala do Porto de Santos, a gente também está vendo o início da cadeia, por exemplo, lá em Pederneiras, e um aumento potencial de 2 milhões de toneladas que a gente carrega hoje na hidrovía, que é o modo mais sustentável de todos, para 7 milhões, em que a gente descarrega um pouco a rodovia. E aí cada modal com a sua melhor forma de agir. Então, esse é um exemplo, o SP nos trilhos também, que chega a 190 bilhões de investimentos em que a gente quer, e aí não é do dia para a noite, colocar mais mil quilômetros, olhando muita questão de passageiros aqui no estado de São Paulo. Um exemplo é o TIC Campinas, o outro é o que a gente está estudando para Santos, que foi comentado aqui. Não só para Santos, para Sorocaba e para São José dos Campos. A gente está estudando, isso é uma coisa que está dentro do PLI também. E o que eu ia propor, e aí a gente traz uma visão até mais geral aqui para o CONSEMA, sem prejuízo da apresentação que vai ter amanhã na Fiesp, da gente trazer a apresentação aqui para o CONSEMA também do PLI. Eu acho que é legal para mostrar para todo mundo, a gente está fazendo até 2050, com base no inventário de emissões, com tudo isso aqui que eu estou comentando, de forma a gente melhorar, por exemplo, essa parte ferroviária no Brasil, que é deficitária. Hoje a gente tem 29 mil quilômetros, sendo que 20 mil, na verdade, são operantes, 9 mil são ociosos, e que, quando a gente estava lá no Ministério da Infraestrutura, a gente lutou muito para ter a prorrogação antecipada da Malha Paulista, que é um dos investimentos que hoje ajuda como um todo também, se a gente for olhar São Paulo e Brasil. E aí a gente pode detalhar um pouquinho melhor dessas iniciativas, se vocês concordarem, claro, nessa apresentação que a gente marca, Naiana, traz a equipe aqui, mostra para vocês tudo o que a gente vem discutindo regionalmente, e foca nas diversas regiões que estão aqui representadas. Se vocês concordarem, a gente pode fazer isso também. Tá bom?

**03:15:03 Naiana Lanza:** Legal, secretária. Obrigada. Antes de a gente seguir, eu só queria perguntar se o conselho ainda tem alguma pergunta, alguma questão que alguém, adicionalmente, gostaria de levantar para a gente seguir. Por favor, Paulo Nelson.

**03:15:18 Paulo Nelson:** Primeiro, eu agradeço os esclarecimentos. Acho que foram, a maioria deles, bem respondidos e claros. Acho que a equipe é competente. A gente sabe da seriedade, em momento nenhum se coloca isso em dúvida. Mas eu insisto aqui, e vou até pedir para ser colocado em votação, que fique como uma condicionante tal qual no túnel do Santos-Guarujá, a criação da comissão por parte do empreendedor, uma comissão de acompanhamento da obra. Eu acho que isso traz transparência, traz celeridade, acho que a sociedade civil pode estar sempre mais atenta ao que está acontecendo. Não é nenhuma questão de impedimento da obra, mas sim de acompanhamento e de clareza. Tal qual a secretária, com muita propriedade, vem trazer aqui essas possibilidades, que a gente possa entender o processo como um todo. Eu acho que é sempre muito importante o estudo dos impactos colimados, mas todas as diversas interferências que estão ligadas à obra, eu acho que elas sempre devem ser esclarecidas dentro do processo. Independente dessa visão mais geral, mas quando a gente está impactando determinados dispositivos, até porque naturalmente essas compensações nascem disso. Então, essa interação, acho que você tem o Nalon aqui, com o IPA, podendo participar de uma comissão dessa, que traria excelentes contribuições. A gente sabe da seriedade de tudo isso, de todo o arcabouço do Estado nos seus diversos institutos, que hoje estão na pessoa dele, e que poderiam estar trazendo dentro dessa visão de uma comissão. Então, eu gostaria que eu colocasse isso como uma condicionante da LP, para que seja instaurado no tempo oportuno, como foi previsto lá no licenciamento do túnel.

**03:17:42 Naiana Lanza:** Por favor, Mayla.

**03:17:46 Mayla Fukushima:** Só queria lembrar uma questão. Essa obra rodoviária, a obra do túnel, elas são muito diferentes num aspecto: a questão de desapropriação. Então, aquela comissão que foi solicitada pela CETESB foi por conta de uma demanda local, por conta da desapropriação. O foco era a desapropriação e relocação populacional. O que a gente está falando hoje é de um projeto que está 90%, se não for mais, dentro do Parque Estadual da Serra do Mar. Independente disso, é lógico que a gente precisa tornar o processo transparente, público para a sociedade. Dentro das exigências do licenciamento, a gente exigiu um programa de comunicação social e também um programa de relação institucional, interinstitucional, entre todos os intervenientes, todos os envolvidos, que eu acho que contemplaria isso. É só um comentário.

**03:18:52 Victoria Marcondes Karvelis:** Para acrescentar também, dentro do Conselho da Unidade de Conservação, isso também está previsto, o acompanhamento da obra pelo Conselho Gestor do PESH, do Núcleo Itutinga Pilões, que têm como membros também a sociedade civil. Então, é uma forma também de acompanhamento, mesmo que sem a comissão.

**03:19:15 Naiana Lanza:** Obrigada. Bom, você mantém a sua posição, Paulo Nelson, de pedido de votação, após os esclarecimentos?

**03:19:24 Paulo Nelson:** Sim, eu acho que mesmo com os esclarecimentos, eu acho que uma coisa não impede a outra. Nós estamos trazendo aqui só uma questão de você ter um canal de comunicação. Nós vamos, inclusive, ter, ficou já, não sei, acho que vocês já foram convidados, vai ter um evento da OAB para discutir justamente essa obra. E, se não estão, já ficam convidados desde já. Eu sei que o Carlos iria convocar o empreendedor, e acho que é de muita importância para que façam, fazer um debate sobre essa obra e sobre os impactos que ela tem na questão do porto. Então, vai ser ainda esse mês, e, certamente, fica aqui o convite já meio que feito para vocês. E eu vou pedir para o Carlos encaminhar pela Comissão de Meio Ambiente esse evento para vocês poderem apresentar. Então, é sempre, eu acho, que ter uma questão de transparência, que a sociedade civil possa acompanhar mais de perto, não vejo nenhum impedimento, então, acho que nenhum ônus não tem custo financeiro para isso.

**03:20:36 Naelson Cândido:** Só um ponto, secretária. Eu acho que é importante ressaltar aqui que a concessionária se coloca à plena disposição para qualquer esclarecimento, para qualquer evento. Eu acho que é uma obra de suma importância para o governo do Estado de São Paulo, se não para o Brasil, que a gente tenha essa expansão. E, assim, toda vez que a gente for convidado e for o tema, a gente se coloca à plena disposição, viu, conselheiro?

**03:20:55 Naiana Lanza:** Bom, legal. Então, vamos fazer o seguinte: a gente vai fazer duas votações, conforme solicitação do conselheiro Paulo Nelson. A primeira, em relação a incluir o comitê socioambiental, digamos, de acompanhamento da obra nos moldes do túnel. Então, primeiramente, eu gostaria de saber, aqueles que são favoráveis a esse pedido realizado pelo conselheiro Paulo Nelson, por favor, levantem a mão. Então, aqui no plenário, três favoráveis e online, ninguém. Alguma abstenção? Uma abstenção. E aqueles, então, que são contrários a esse pedido do conselheiro Paulo Nelson, permaneçam como estão. Então, agora a gente passa, de fato, agora a aprovação do parecer técnico da CETESB, na verdade, não a aprovação, mas a nossa manifestação favorável aqui do conselho, em relação ao parecer técnico da CETESB, e a viabilidade ambiental do empreendimento. Então, vamos lá, novamente, então, aqueles contrários, na nossa manifestação favorável do conselho, por favor, levantem a mão. Aqueles que são contrários ao parecer e à manifestação favorável. Aqui no plenário não temos ninguém, online também não. Alguma abstenção? Temos três abstenções. E, portanto, aqueles que são favoráveis à nossa manifestação do conselho em relação ao parecer técnico da CETESB e a viabilidade do empreendimento, permaneçam como estão. Portanto, fica aprovado o parecer técnico da CETESB. E nós passamos agora para o nosso último ponto de pauta, pessoal. Então, eu vou pedir para as equipes da Fundação Florestal e do IPA, para que a gente consiga fazer isso bem rapidinho, para a gente conseguir cumprir a pauta. Então, nós passamos agora, então, à apreciação do relatório final da Comissão Temática de Biodiversidade em relação ao plano de manejo da APA de Ibitinga. Então, eu convido o senhor Gabriel, gestor da APA, para fazer uso da palavra e fazer a apresentação da UC. Gabriel, seja bem-vindo ao plenário do CONSEMA.

**03:23:24 Gabriel Pereira (FF):** Bom dia a todos. Meu nome é Gabriel Pereira, atualmente gestor da APA Ibitinga e também gerente da Regional Interior Sul, da Fundação Florestal. Gostaria de deixar aqui que é uma honra e um privilégio falar com todos os senhores no Conselho Maior do Estado de São Paulo, do Meio Ambiente. Então, cumprimento a secretária Natália, cumprimentando todos os conselheiros presentes e os que estão online. Hoje, o que me traz aqui nesse púlpito, eu imagino que todos são conhecedores da importância do tema,

que não só para a gestão da Unidade de Conservação, mas muito mais, principalmente, para a população associada e a sociedade desse território, que, no caso, é a APA de Ibitinga. Imagino que o sentimento de felicidade que estou hoje é compartilhado com todos aqui presentes, com toda a sociedade do Estado de São Paulo, mas principalmente com a população de Ibitinga, que há tanto tempo aguarda a aprovação do Plano de Manejo. A APA Ibitinga foi criada em 1987 por meio de uma lei estadual, e ela tem como uma das principais atribuições a proteção ambiental das coleções hídricas no território e também dos ecossistemas associados, o que é um fator curioso e feliz de estarmos tratando sobre esse Plano de Manejo nesse momento de comemoração do Dia Mundial da Água, numa unidade que é tão contemplada por recursos hídricos. Bom, mas muito mais que o pantaninho e o varjão dessa Unidade de Conservação, que são as duas principais áreas sobre influência do regime hídrico, do Jacaré Pepira e do Jacaré Guaçu, a APA Ibitinga tem uma relevância no estado de São Paulo, no território paulista, por estar em uma região centro-oeste do estado, onde não é contemplado com muitas Unidades de Conservação, assim como outras áreas do estado de São Paulo. Então, ela tem essa relevância dessa proteção dos ecossistemas ali, principalmente do Cerrado e da Mata Atlântica, e de todas as espécies ali presentes. Dentre elas, no levantamento feito, 20 espécies de vertebrados foram consideradas com um grau de ameaça, de extinção, sendo que sete delas são espécies de aves que utilizam habitats aquáticos ou margens e as margens de rios e lagoas. Além dessa importância, há importância para as aves migratórias, especialmente as aquáticas, que elas usam essas regiões do Varjão e do Pantaninho como ponto de parada para a reposição de energia e também para depois seguirem as suas rotas de migração. Além dessa relevância desse fator biótico, é importante ressaltar que a APA Ibitinga também tem a ocorrência de três sistemas de aquífero. São os sistemas do aquífero Bauru, Guarani e Serra Geral. E também contempla toda essa diversidade de uso do solo e também a estrutura econômica e histórico social inserida dentro do território da APA. Então, encaminhando mais para o final da minha fala, não poderia deixar de enaltecer e agradecer a todos os gestores e equipes que passaram durante todos esses anos na gestão e nos quesitos da APA de Ibitinga, a todo o histórico trazido até esse momento pela sociedade e população de Ibitinga que pôde conservar esse território, aos conselheiros e sociedade de Ibitinga, que contribuíram para a formatação do Plano de Manejo, à Fundação Florestal, na pessoa do nosso diretor executivo, Rodrigo, a Fernanda, a Suelen, toda a equipe que trabalhou na elaboração do Plano de Manejo, e dizer que agora, Ibitinga, além de ser famosa pelos bordados, ela também é famosa pela conservação e manutenção da biodiversidade e de toda a vida que ali é garantida. Então, essa é uma breve introdução. A gente vai ter um vídeo agora. Eu gostaria de agradecer a todos. Muito obrigado. A gente passa para o vídeo. A gente teria uma música de fundo, mas as informações são todas as que estão na descrição.

**02:29:09 - 02:32:15** exibição do vídeo

**03:32:19** **Naiana Lanza:** Bom, agora o Nalon, presidente da CTBio e o relator, vai apresentar o relatório. Seja bem-vindo, Nalon.

**03:32:27** **Marco Nalon:** Obrigado, bom dia. Já boa tarde para todos e todas. Você também...

**03:32:34** **Naiana Lanza:** Nalon, rapidinho, só antes de você começar, queria pedir a gentileza dos conselheiros, para o pessoal segurar mais um pouquinho, porque como a gente vai votar para conseguir manter o quórum. Obrigada.

**03:33:13 Marco Nalon:** Vou apresentar também, de forma bem sucinta, as imagens já falaram por si, o Gabriel também deu uma boa ideia da área, uma área de proteção ambiental no município de Ibitinga. Aqui todos os créditos das equipes envolvidas, de toda a estrutura aqui da Secretaria, CETESB, Instituto de Pesquisas Ambientais, PLA, o próprio IPA, a própria Fundação Florestal, logicamente, a parte jurídica, meio antrópico. Então, tem um envolvimento sempre grande de todo o Comitê de Plano de Manejo aqui da SEMIL. Só para ter uma ideia da localização rápida, está bem lá no centrão de São Paulo, Ibitinga, e pega realmente as duas bacias ali bem importantes, desde o ponto de vista de conservação, como também de turismo local. O Jacaré Pepira e os demais é uma área bem procurada. Aqui os limites, o atributo principal são essas áreas que apresentaram, os pantaninhos. Esses ambientes são super importantes para São Paulo, não só pela biodiversidade, mas também hoje, sempre se falando muito na questão hídrica, da regulação hídrica local. São áreas de grande importância. E também para a questão de carbono, para a própria população local. Então, são áreas ímpares que justificam completamente esse município como uma área de proteção ambiental. O bioma, como foi colocado, Mata Atlântica e Cerrado. Nós temos essas áreas de transição no estado de São Paulo, essa é uma delas, onde se encontra os dois biomas. O processo do Plano de Manejo foi totalmente participativo, com toda a sociedade local do município, que tem a agenda que foi cumprida de todas as reuniões desde 2019. Então, vocês veem que não é um plano que se faz da noite para o dia, é muita conversa com todos. O zoneamento que foi proposto, ele leva esses critérios em consideração, a hidrografia, as planícies fluviais, que são aquelas principais objetos de existência da própria APA, área de recarga do aquífero Guarani, sub bacias, fragilidade ambiental, o uso do solo, vegetação existente e o plano diretor do município de Ibitinga. Esses planos têm que, logicamente, conversar entre si. O resultado final desse zoneamento foram três zonas, a de uso sustentável, que abrange a maior parte do município, a zona de proteção de atributos e a zona de vida silvestre. E com três áreas que se sobrepõem a essas zonas. A área de interesse de conservação, que são sempre aqueles fragmentos mais significativos, vocês vão ver que são justamente aquelas áreas úmidas, chamadas aqui, vamos chamar dos pantaninhos ali, da região, área de interesse de recuperação e área de interesse histórico-cultural. Aqui tem uma imagem mostrando aqui em vermelho à esquerda são as áreas de interesse de recuperação, são áreas que são indicadas para a priorização da recuperação dessas áreas. E à direita, você já tem lá naquelas grandes áreas verdes, uma área de entorno, são as áreas de interesse de conservação, que é justamente um buffer, acho que de 250 metros, que a gente tem acordado nas Apas, que faz uma envoltória nessas áreas que são os principais fragmentos da Apa. Bom, programas de gestão, o Plano traz programas de manejo e recuperação, três planos, três diretrizes. Programas de interação socioambiental, fiscalização, pesquisa e monitoramento e desenvolvimento sustentável. Aqui imagens das reuniões e todas as planilhas que detalham isso, todos os conselheiros receberam o plano, tem isso muito detalhado no documento já. O conselho se manifestou em 11 de dezembro de 2024, uma manifestação favorável por unanimidade na aprovação do plano. Não é um conselho deliberativo, mas teve essa aprovação total de todos que compõem essa região. Está aqui o documento, e foi enviado para o CONSEMA em março de 2025. Então, nós estamos aqui um ano depois de todo esse ciclo, de entrar na fila, vai e volta, e hoje a gente está aqui contemplando ele. Na CTBio, ele entrou na primeira reunião de 11 de fevereiro de 2026, onde foi feita a apresentação do plano pelo gestor, para todos os conselheiros. Na reunião seguinte, em 23/02, houve a apreciação de destaques e discussões entre os conselheiros, onde foram feitos alguns, apenas esses ajustes que são aqui colocados, uma

inclusão de uma nova norma no artigo 6º, que cuida da Zona de Uso Sustentável, que é a inclusão de uma nova norma referente à reserva legal para regularização ambiental dos imóveis rurais, deverá atender o disposto na legislação vigente, observados os procedimentos administrativos estabelecidos pelos órgãos competentes. No mesmo artigo, no inciso VI, que trata também da responsabilidade por aqueles que têm atividades agrícolas, pecuárias e silviculturais e pastoris na área. Foi adicionado na questão de implantar aceiros do entorno remanescentes, o que está destacado em vermelho, conforme parâmetros definidos pelos órgãos competentes. É o mesmo texto que a gente tem feito o ajuste nas Apas anteriores, para que fique claro que a forma, as métricas, sejam sempre seguindo a legislação mais recente que houvesse sobre o tema, e que isso não seja motivo de voltar para rever uma lei e refazer todo o processo de novo. O mesmo texto foi incluído nesse inciso 20, que também trata do mesmo assunto, prevenção e combate, só que aí está se referindo à implantação e licenciamento de novos empreendimentos. Então volta esse texto novamente, prevendo que os parâmetros sejam definidos pelos órgãos competentes. E no final, no artigo 8º, a garantia de recomposição florestal de reserva legal e áreas de APP, nos casos aplicáveis, mediante o cadastramento do projeto no Sistema Informatizado de Restauração Ecológica, o SARI, e formalização do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental, TCRA. Foi colocado por sugestão dos conselheiros, sem prejuízo do processo de regularização ambiental do imóvel junto à SAA. Isso para que não haja nenhum conflito ou nenhuma dúvida quanto ao que está se requisitando aqui do sistema do SARI ou TCRA, e o que se prevê lá no CAR também da compensação obrigatória quando é necessário. Então as coisas podem se sobrepor, mas uma não exclui a outra. Essas foram as sugestões que foram trazidas pelos conselheiros. Na reunião do dia 4, agora recente, houve aprovação do relatório. E as considerações finais são que o Plano foi elaborado conforme as diretrizes metodológicas dos Planos de Manejo, observou todos os dispositivos legais, cumpriu os ritos participativos de consulta pública, foram aprovados pelo Conselho Construtivo da Unidade e após o encaminhamento para o CONSEMA, a proposta foi analisada e debatida em três reuniões na CTBio. Então, dessa forma, a CTBio aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Ibitinga com os ajustes que foram apresentados. Então, eu deixo aqui para apreciação e deliberação dos conselheiros a aprovação desse plano. E a gente anda mais um degrauzinho na nossa fila de 14 planos para esse ano ainda. Muito obrigado.

**03:42:49 Naiana Lanza:** Legal, Nalon, obrigada. Algum conselheiro gostaria de se manifestar? Cris, por favor. Mais alguém? Deixa eu ver se aqui online temos alguém. Não, então, Cris, por favor. Ah, e o Crepaldi.

**03:43:02 Cristina Murgel:** Bom, a FAESP participou da comissão. obviamente chegamos a um terço de consenso em relação a esse último dispositivo, mas eu não posso deixar aqui de deixar registrado, no sentido de que o que está sendo pedido no Plano de Manejo de projetos de reserva legal e APP, mesmo no âmbito do licenciamento, lembrando que a reserva legal é afeta ao imóvel rural e que a regularização dela se faz integralmente no SICAR, nos parece bastante delicado quando se pede para incluir o projeto no SARI. O Nalon citou aqui que pode haver uma sobreposição. O que a gente quer é que não tenha sobreposição. A CETESB tem acesso ao SICAR e o Termo de Compromisso da reserva legal é feito no SICAR. Então, para o produtor rural, por mais que a gente esteja tratando de uma instância de licenciamento, eventualmente um empreendimento que está sendo feito naquele imóvel rural, nós entendemos que cabe a esse empreendimento apresentar o CAR validado e o Termo de Compromisso daquele imóvel rural com a Secretaria da Agricultura. Então, não há porque se

pedir registro no SARI. Isso tem causado confusões na ponta, inclusive, às vezes, com o judiciário pedindo que a reserva legal se regularize no SARI. Isso é um serviço para todos, é um custo adicional para todos nós. Eu lembro quando estava na Secretaria da Agricultura, a frente lá do SICAR, houve toda uma preocupação de acesso aos órgãos de controle ao SICAR, para que essa informação fluísse de um órgão para o outro, sem impor ao cidadão registros duplos. Então, embora a gente tenha... Foi um debate exaustivo na comissão, a FAESP acabou acatando a recomendação desse texto, mas deixo aqui registrado que nós ainda não estamos confortáveis. Nós temos que caminhar sempre por uma otimização dos sistemas e que eles não se sobreponham. Nós, como cidadãos, também, às vezes penamos com essa duplicidade de informação e temos que zelar. E volto aqui a falar, já citei aqui na fala anterior, hoje o Plano de Manejo entrou também no Manual de Crédito Rural, o Plano de Manejo entrou na Lei de Licenciamento. Que bom, que ótimo. Nós todos sabemos que o Plano de Manejo é normativo, então, cada vírgula, cada palavra que nós colocamos, nós que temos a missão aqui de aprovarmos, nós temos que ter muita atenção, porque outros agentes estarão lendo essa norma, outros agentes estarão pedindo atestados dos órgãos, declarações, e isso nós mesmos aqui estamos plantando a confusão. Então, deixo aqui registrado, Jônatas, não é um voto contrário ao relatório, nem poderia, mas não poderia me furtar de fazer esse registro. Não estamos confortáveis com essa duplicidade.

**03:46:38 Naiana Lanza:** Obrigada, Cris. Bom, não temos mais nenhuma manifestação, nem aqui no presencial. Desculpa, Crepaldi, por favor.

**03:46:50 Ricardo Crepaldi:** Bom, Nalon e Gabriel, parabéns pela apresentação. Essa área é uma área muito importante, eu sou da região, então essa área é muito importante. Eu estou no Tietê Jacaré, estou nesse Comitê de Bacia, eu já estive no Batalha, Tietê Batalha, então a gente fica rodando os comitês ali, a participação. Isso é muito importante para a região e para a proteção, por isso, eu queria até uma interseção aqui do Kenji, por favor, sobre a questão, que até já teve discussão sobre isso no comitê, a questão de que é uma área de proteção, e a gente tem nossos programas, incluindo o GFI, Tietê, e outros programas derivados do Tietê. Até onde isso, a importância disso, e até onde isso vai ajudar todo esse manejo, a gente conseguir alguns objetivos para a proteção do Rio Tietê, que inclusive é um ponto ali, que a gente tem hidrelétrica de Ibitinga, que é um ponto de problema, que a gente tem época de aguapés, não consegue a navegação, todo aquele detalhe que a gente fala, mas esses outros programas da própria Secretaria, em conjuntura com a própria aprovação, que isso é inevitável aqui, desse plano, mas a importância de tudo isso andar junto.

**03:48:17 Naiana Lanza:** Obrigada, conselheiro.

**03:48:24 Cristiano Kenji:** Obrigado, Crepaldi. Bom dia, agora quase boa tarde a todos. Mas, de fato, é a linha que a nossa secretária Natália sempre nos coloca. A gente trabalhar sempre integrado, isso não só com a sub de meio ambiente, e dentro do FIAR, o Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê, nós estamos olhando todos esses aspectos, tanto a parte de proteção florestal, em parques também, lá nas nascentes do Tietê, que estão sendo, inclusive, licitados agora, dois novos parques lá pela SP Águas, dentro do programa Renasce. E a preservação dessas áreas contribuem imensamente para essa recuperação, para a qualidade. Inclusive, recentemente foram instaladas as boias, falando um pouco da parte de logística também, como está tudo integrado, as boias ali em Barra Bonita, estamos trabalhando no Atracadouro, a sub-logística no Atracadouro, em Bariri. Então, sim, todas

essas ações, de fato, vão contribuir, além da parte do saneamento, que é primordial para essa recuperação. A gente está trabalhando e olhando todos os aspectos. Obrigado.

**03:49:50 Jônatas Trindade:** Vou falar rapidamente. Acho que, primeiro, elogiar o trabalho de todos. A equipe que se envolveu na elaboração do Plano de Manejo, no envolvimento do conselho, envolvimento da equipe que trabalha no dia a dia para poder chegar ao produto que chegou. Lógico, sujeito a ajuste, sujeito a melhorias, e o Plano de Manejo é um instrumento também dinâmico, a gente sabe que futuramente ele vai precisar ser revisado, mas eu acho que é um primeiro passo ter um Plano de Manejo aprovado e publicado, acho que isso é fundamental. Entendo e concordo com você, Cris, no sentido que a gente tem que realmente aprimorar esse trabalho, acho que essa discussão a gente tem feito, até na forma e no conteúdo que tem que se apresentar nesse Plano de Manejo. Então, acho que é super importante essa contribuição, essa discussão que vocês fazem na Câmara e nos diversos fóruns que a gente tem feito essa discussão, mas é isso, acho que a gente tem oportunidade de ter um Plano de Manejo que é um balizador para que a gestão da unidade seja da melhor forma possível, para que a sociedade entenda a importância de você conciliar as atividades naquele território com a preservação. A gente tem ali uma região, pelas imagens que ficou bem claro, que é uma região bastante sensível, uma região relevante do ponto de vista ambiental e social também. Então a gente tem que buscar realmente essa conciliação e esse aprimoramento nos processos. No processo, estou falando tanto de elaboração do Plano de Manejo, dos Planos de Manejo, como também nessa discussão nas câmaras que tem sido realizada de uma forma bastante aberta. Eu acho que essa discussão aberta é salutar e, logicamente, minimizar essas sobreposições. A gente não quer sobreposição e acho que essa integração do SICAR com os diversos sistemas acho que é superimportante, a gente tem que avançar nesse sentido, a gente tem procurado a agricultura também para que a gente faça essa aproximação, que é evitar ou não ter essa sobreposição, essa dupla necessidade de preenchimento de cadastro. Acho que leva, logicamente, ao cidadão algo que seja receptivo como algo benéfico e não uma punição ou uma dupla necessidade de cadastro. Então, acho que eu entendo o que você está colocando e a gente tem feito esse tipo de discussão. Ontem mesmo, estava conversando com o Coronel Navarro, que a gente tem um trabalho não relacionado à flora, mas em relação à fauna, que a gente tem que aproximar e ter essa integração de sistemas. Porque a gente quer disponibilizar as informações para a sociedade, também tem informações que a gente tem que ter conhecimento até para a estratégia da política ambiental, seja de repressão, por exemplo, ao tráfico de animais silvestres, seja tendo esse olhar territorial. Então, eu acho bom o fato de ter um SICAR aqui no Estado de São Paulo que está avançando e tem melhorado a passos largos, se comparado principalmente com outros estados da federação. A gente sabe ainda que tem um passo a avançar ainda no desenvolvimento do sistema, mas a gente sabe que São Paulo tem já algo a oferecer, principalmente como o Ricardo colocou, é uma ferramenta online e que a gente sabe que daqui a pouco vai ser a ferramenta referencial para diversas outras atividades que a gente tem que enxergar, e eu tenho certeza que essa integração vai vir naturalmente. Então, agradecer a participação de todos e falar que o resultado é um resultado de todos, não é só de quem trabalhou na elaboração do Plano de Manejo, especial equipe SEMIL, Fundação, IPA e todo mundo, mas também o trabalho da Câmara de Biodiversidade que é conduzida atualmente pelo Nalon. Acho que era isso que eu gostaria de colocar. E aí, seguindo aí na discussão da aprovação, por favor.

**03:53:49 Naiana Lanza:** Legal. Então vamos lá, pessoal, para aprovação. Então, todos preparados? Então, aqueles contrários à aprovação da matéria, ou seja, o relatório da CTBio, tem alguém contrário? Não. Online, também não. Abstenções? A doutora Tatiana tinha me sinalizado abstenção aqui, e Henrique. Duas abstenções. Aqueles favoráveis permaneçam como estão, então consideramos o Plano de Manejo aprovado aqui no CONSEMA.

**03:54:31 Jônatas Trindade:** Então, agradecer a paciência de todos, a participação. Eu acho que o que a gente tem visto é a vontade de vocês colaborarem nesse processo todo, todos os conselheiros, na discussão que tem sido qualificada. Hoje, na apresentação do projeto da nova descida da Serra, isso ficou bem claro, perguntas bastante qualificadas com a discussão que vai, sim, alimentar o processo de licenciamento, que é um processo dinâmico. Aí, a CETESB com a responsabilidade de assimilar isso dentro do processo, entender o que pode ser aprimorado. Eu, particularmente, ter trabalhado há muito tempo no licenciamento, vejo a robustez do projeto e a robustez das medidas. Eu fiz questão de estudar e entender o projeto, e fico bastante satisfeito de entender que o licenciamento tem contribuído nesse aprimoramento dos projetos em medidas. Acompanhei projetos no Brasil todo, posso falar de cadeirinha que a gente vê a robustez na forma da condução e na forma do resultado. Não é um projeto barato, é um projeto que vai ser caríssimo do ponto de vista construtivo, e as medidas de mitigação associadas e de compensação no licenciamento, até pelos programas que estão sendo propostos, são bastante robustos. Então a gente fica feliz de ver que São Paulo tem projetos que cuidam do meio ambiente, tem preocupação também social, então são projetos que vão melhorar a vida de toda a população, tenho certeza, daqui a uns anos, e espero daqui a alguns anos poder voltar aqui, que eu não sei quanto tempo estou como subsecretário, mas tenho, sim, vontade de voltar várias vezes, muitas vezes aqui em São Paulo, por ter sido muito bem recebido. Então, agradecer a paciência de todos e a colaboração e a participação nessa reunião de hoje, e um bom retorno a todos e uma excelente continuidade de semana. Até mais.